

# PROCESSO LICITATÓRIO

Número 5962/2023		
Prepais Eletrônico	MODALIDADE JS/2023	SRP
	— FINALIDADE ———	
aquisição de res	cargas e botific	es de gás
um atendimento	as secretarias	do Município
de Ulinata		
0 00	PROPONENTES —	
Liqui Closes Con	- PROPONENTES - Cita	nº15
Liqui Clores Con	- PROPONENTES	nº15
Liqui Clores Con	- PROPONENTES - Cita	nº15
Liqui Clores Con	- PROPONENTES - Cita	nº15
Siqui Clores Con	- PROPONENTES - Cita	nº15
Siqui Clores Con	- PROPONENTES - Cita	nº15
	néncie Cita	
DEPORAZIONASOS: 16	néncie Cita	
	AZOS E PUBLICAÇÕES —  HORAS LOCAL 09/0	2 2
DE 0 - 02 A 27 - 0 2 ÀS 08: 16	AZOS E PUBLICAÇÕES —  HORAS LOCAL 09/0	2 2
PRADE 00 A 27-0 2 ÀS 08:45  HOMOLOGADO 01/03	AZOS E PUBLICAÇÕES —  HORAS LOCAL 09/0	2 2

UBIRATA, 09 / generairo DE 2023



# NOVO PEDIDO DE LICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA LICITAR

E

TERMO DE REFERÊNCIA

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852 CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000 www.ubirata.pr.gov.br



## 1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO № 61/2023

#### 2. OBJETO

Aquisição de recargas e Botijões de Gás em atendimento as Secretarias do Município de ubiratã

#### 3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$-215.128,27 (Duzentos e quinze mil cento e vinte e oito reais vinte e sete centavos)

	ÃO ORÇAM				
Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		583,30
0303	6247	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.333,20
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		7.163,17
0501	6265	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	5.680,22
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		29.583,3
0502	6268	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	29.700,0
0503	6275	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		15.474,8
0503	6277	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	15.474,8
0503	6278	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		14.108,5
0503	6280	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	14.541,5
0602	6310	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	1.599,56
0605	6319	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	303	1.599,56
0605	6320	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	384	1.599,56
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	3.932,76
0606	6325	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	1.599,56
0702	6344	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		583,30
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,61
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.099,88
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.099,88



#### ANEXO I COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO № 61/2023

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1. Aquisição de Recargas e Botijões de gás destinadas as Secretarias do Município de Ubiratã.

#### 2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do objeto em questão tem por finalidade garantir o funcionamento das atividades diárias na cozinha das unidades de saúde e dos programas assistenciais, nas Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para preparo da merenda escolar e nas demais secretarias do município para proporcionar condições para o preparo de refeições visando atender as equipes de trabalho e usuários dos serviços públicos. Nas demais copas, em sua maioria, é preparado somente café para os servidores e usuários que se utilizam das dependências da prefeitura e demais locais de atendimento aos usuários do serviço público.

#### 3. VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado para a contratação é de R\$-215.128,27 (Duzentos e quinze mil cento e vinte e oito reais vinte e sete centavos)

### 4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		583,30
0303	6247	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.333,20
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		7.163,17
0501	6265	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	5.680,22
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		29.583,37
0502	6268	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	29.700,03
0503	6275	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		15.474,83
0503	6277	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	15.474,83
0503	6278	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		14.108,54
0503	6280	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	14.541,50
0602	6310	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	1.599,56



			ENGARRAFADOS		
1201	6376	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		816,62
1501	6384	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	934	13.623,86
1501	6385	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	935	13.506,86
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		35.556,95
1802	6400	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	11	233,32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

May rel

SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

SECRETARIA WAS A SERVICOS RURAIS

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PAVIMENTAÇÃO

#### 5. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto contido na presente requisição.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário esta secretaria providenciará suplementação das dotações acimas previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, <u>poder discricionário do Gestor Municipal.</u>

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

Após, encaminha-se ao Gabinete para autorização do Prefeito.

Cristiane Fatima Zolin Contado CRC/PR 073238/0

Contador(a)

Ubiratã-PR, O 7 de O de 2022

Secretário(a) das Finanças e do Planejamento

6. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR		1		150	
De acordo.					

Fábio de Oliveira Dalécio

7. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: 07/02/2023Hora: 15:56

Divisão de Licitação



0605	6319	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	303	1.599,56
0605	6320	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	384	1.599,56
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	3.932,76
0606	6325	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	1.599,56
0702	6344	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		583,30
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,24
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.099,88
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.099,88
1201	6376	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		816,62
1501	6384	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	934	13.623,86
1501	6385	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	935	13.506,86
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		35.556,95
1802	6400	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		233,32

## 5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses

## 6. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

#### 6.1. Gestor do Contrato:

GABINETE	Geraldo José dos Santos
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Claudinei Edson Dalla Corte
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Elcia Godinho de Morais da Silva
SECRETARIA DE SAÚDE	Lilian Welz Trindade
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Ronaldo Felipe Maciel
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Claudineia de Souza Lazaretti
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Luiz AntonioMarafon
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Thiago Munhoz D' alécio
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Rafael de Melo Bartz
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Marcos da Silva Retamero

#### 6.2. Fiscal do Contrato

GABINETE	Daiany Matias dos Santos
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva



SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

#### 6.3. Fiscal substituto

GABINETE	Selmo Simplício da Silva
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Marcelo de Oliveira Rinaldi
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Edicleia Aparecida Duarte Felizari
SECRETARIA DE SAÚDE	Gessica K. dos S. Rocatelli
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Karla Tatiane M. de O. dos Santos
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean CarlosBonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Oswaldo Luiz Ribeiro
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Elza de Oliveira Souza Lemes
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Dejivan Mendes
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

### 7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO.

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
43248	1	1	RECARGA DE GÁS P13	606	UN.	116,66	70.695,96
21024	1	2	Gás P45 completo	315	UN.	432,96	136.382,40
32990	1	3	Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	17	UN.	233,33	3.966,61
32991	1	4	Casco de gás vazio de 45 kg (461515)	5	UN.	816,66	4.083,30

### 8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 8.1. O objeto será executado de maneira fracionada.
- 8.2. Os objetos deverão ser entregues nos locais e horários determinados na ordem de compras dentro do perímetro urbano do município e também no Distrito de Yolanda (aproximadamente 16 km da área urbana) e Comunidade São João (aproximadamente 13 km da área urbana). Podendo cada pedido ser efetuado qualquer dia da semana inclusive em sábados, domingos e feriados.

#### 9. PRAZOS

#### 9.1. O prazo de entrega dos produtos será:

Lote 01: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da autorização.

9.1.1. A necessidade do prazo de uma hora para a entrega da recarga de gás se dá, poiso município não dispõe de estoque de cilindros nas suas unidades, nas Escolas e Creches é ofertada merenda, na Casa Lar o alimento é preparado diariamente, no Restaurante Popular é feito refeição para as famílias de

baixa renda, sendo assim é necessário à entrega pontual, dentro do prazo estabelecido, afim de não haver falta de alimento para atender tais unidades.

Lote 02: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da ordem de compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.

9.2. O prazo para entrega dos produtos que venham a ser substituídos será de metade do prazo estipulado para entrega.

#### 10. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1. A fim de atendimento da legislação vigente, devera ser exigida em edital a apresentação dos documentos abaixo relacionados. Conforme solicitado pela Divisão de Licitação, segue abaixo, relação de documentos utilizados no processo anterior 4768/2020:
- A) Certidão de regularidade junto a Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustivel ANP, documento original ou cópia autenticada;
- B) Licença de operação emitida pelo IAP Instituto Ambiental do Paraná atualizado, documento original ou cópia autenticada;
- C) Certificado de regularidade CR emitido pelo IBAMA atualizado da filial participante da licitação conforme instrução normativa n " 06 de 15/03/2013. Documento original ou cópia autenticada;
- D) Alvará de localização/funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal da empresa licitante, documento original ou cópia autenticada;
- E) Certificado de Vistoria em Estabelecimento CVE, em vigência emitida pelo corpo de bombeiros, documento original ou cópia autenticada.

#### 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado após o recebimento de cada serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA VIACANO E SERVICOS RELIRAIS

GABINETE

In well

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PAVIMENTAÇÃO



#### DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, **ELCIA GODINHO DE MORAIS DA SILVA**, Secretária da EDUCAÇÃO E CULTURA de Ubiratã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultantes da requisição de Licitação nº 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubiratã/Pr., 15 de fevereiro de 2023.

ELCIA GODÍNHO DE MORAIS DA SILVA Secretária da Educação e Cultura

000010

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Marcos da Silva Retamero, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Ubiratã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubiratã Pr. de 30 de Janeiro de 2023

Secretário de Desenvolvimento Econômico

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Claudinei Edson Dalla Cortte, Secretário de Administração de Ubiratã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubirată Pr. de 30 de Janeiro de 2023

Secretário de Administração

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Claudineia de Souza Lazaretti, Secretária da Secretaria de Assistência Social de Ubirată/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubirată Pr. de 30 de Janeiro de 2023

Coudines Nouga Logardia Secretária Assistência Social

- 000013

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Ronaldo Felipe Maciel, Secretário de Serviços Urbanos e Pavimentação o de Ubiratã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubirată Pr. de 30 de Janeiro de 2023

Ronaldo Fetipe Maciel Sec. de Serviços Urbanos

Secretário de Serviços Urbanos e Pavimentação

.. 000014

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Geraldo Jose dos Santos, Chefe de Gabinete de Ubiratã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubirată Pr. de 30 de Janeiro de 2023

Chefe de Gabinete





## **DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA**

Eu, Lilian Welz, Secretária de Saúde do município de Ubiratã/PR, no uso de minhas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARO, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultantes da requisição de licitação, sob o nº 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assino a presente.

Ubiratã, 07 de fevereiro de 2023.

Secretária de Saúde

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Rafael de Mello Bartz, Secretário Esporte e Lazer de Ubiratã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubiratã Pr. de 30 de Janeiro de 2023

Secretário Esporte e Lazer

000017

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Luiz Antonio Marafon, Secretário de Viação e Serviços Rurais de Ubiratã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubiratã Pr. de 30 de Janeiro de 2023

See. de Viacad & Serviye

Secretário de Viação e Serviços Rurais

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, Thiago Munhoz D' Alecio, Secretário de Agricultura de Ubiratã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 61/2023, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubiratã Pr. de 30 de Janeiro de 2023

Thiago Munhoz D'Alécio Secretaria de Agricultura

Secretário de Adricultura



## **PESQUISA DE MERCADO**

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000

www.ubirata.pr.gov.br

gás GLP de 13 kg (461552)         FURUSATO & FURUSATO CNP!: 06.280.631/0001-98         LIQUI ALIVES CNP!: 06.280.631/001-98         COMÉRCIO DE GÁS BRASILÁNDIA CNP!: 26.569.565/0001-88         (MÉDIA DOS VALORES)           gás GLP de 45 kg (461551)         R\$ 110,00         R\$ 110,00         R\$ 428,00         R\$ 438,00         R\$ 495,90         432,96           rás vazio de 13 kg (461517)         R\$ 500,00         R\$ 450,00         R\$ 450,00         R\$ 450,00         R\$ 1500,00         R\$ 1500,00         R\$ 16,66	53			
R\$ 110,000	R\$ 110,00 R\$ 375,00 R\$ 200,00 R\$ 500,00	NDI- OC 200 C21 foot oo		
R\$ 375,00         R\$ 428,00         R\$ 495,90           R\$ 200,00         R\$ 450,00         R\$ 450,00	R\$ 375,00 R\$ 200,00 R\$ 500,00	Mrs. 00.200.031/001-30	LUMERCIO DE GAS BRASILANDIA CNPJ: 26.569.565/0001-88	(MÉDIA DOS VALORES)
R\$ 375,00         R\$ 428,00         R\$ 495,90           R\$ 200,00         R\$ 190,00         R\$ 310,00           R\$ 500,00         R\$ 450,00         R\$ 1.500,00	R\$ 375,00 R\$ 200,00 R\$ 500,00	R\$ 110,00	R\$ 130.00	116.66
R\$ 200,000         R\$ 190,000         R\$ 310,00           R\$ 500,00         R\$ 450,00         R\$ 1.500,00	R\$ 200,000 R\$ 500,000	R\$ 428.00	20 202 20	110,00
R\$ 500,000 R\$ 450,000 R\$ 1.500,000 R\$ 1.500,00	R\$ 500,000	20/20-	N5 495,50	432,96
R\$ 500,000 R\$ 450,00 R\$ 1.500,00	R\$ 500,000	R\$ 190,00	R\$ 310.00	
R\$ 450,000 R\$ 1.500,00	Par	20 450 00		233,33
	Mucumana idno	00'00ch ch	R\$ 1.500,00	816,66
	Mucumara itans			
	4			
A. A			3(	30 De Janeiro de 2023

**DADOS DA EMPRESA** 

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: COMÉRCIO DE GÁS BRASILÂNDIA LTDA

CNPJ: 26.569.565/0001-88

ENDEREÇO: Avenida México № 255 - Jardim Progresso

TELEFONE: (44) 99899-8845

DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	MARCA
Carga de gás GLP de 13 kg	1	UN	130,00	GÁS BRÁS
Carga de gás GLP de 45 kg	1	UN	495,90	GÁS BRÁS
Casco de gás vazio de 13 kg	1	UN	310,00	GÁS BRÁS
Casco de gás vazio de 45 kg	1	UN	1.500,00	GÁS BRÁS

Declaro que o orçamento foi realizado via telefone com o fornecedor em 30 de janeiro de 2023, às 15:30, sendo que os preços foram informados pelo Senhor Diego.

Chairman Modrade moded

Responsável pelo orçamento

**DADOS DA EMPRESA** 

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: FURUSATO & FURUSATO LTDA - EPP/FURUSATO GÁS

CNPJ: 06.280.631/0001-98

ENDEREÇO: RUA JOSÉ GOMES PAULINHO FILHO № 958

TELEFONE: 3543-2347

DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	MARCA
Carga de gás GLP de 13 kg	1	UN	110,00	GÁS BRÁS
Carga de gás GLP de 45 kg	1	UN	375,00	GÁS BRÁS
Casco de gás vazio de 13 kg	1	UN	200,00	GÁS BRÁS
Casco de gás vazio de 45 kg	1	UN	500,00	GÁS BRÁS

Declaro que o orçamento foi realizado via telefone com o fornecedor em 30 de janeiro de 2023, às 10:10, sendo que os preços foram informados pela Senhora Fabiana

Bucimara Andread machada.
Responsável pelo orçamento



LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA. - 00023 CNPJ 82.658.618/0001-08 - Fone: (44) 3525-3131 Via do Trabalhador, 321. Parque Industrial I Campo Mourão/PR - CEP 87.306-620



#### **ORÇAMENTO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ/PR

Fornecedora-LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA CNPJ: 82.658.618/0001-08 Inc. Estadual 42.609.215-97 Via do Trabalhador, 321. Parque Industrial Augusto Tezelli Filho. Campo Mourão/PR - CEP 87.306-620 Tel. (44) 3525-3131 - 998514888

	5-3	Will St	DADOS DA EN	/PRESA	A MARKET	
RAZÃO	SOCIA	L: LIQI	JI ALVES COMÉRCO E TRANSPORT	E DE GÁS LTDA.		
NPJ: 8	2.658.	518/00	001-08			
ENDERI	EÇO: VI	a do T	rabalhador, nº 321. Parque Indust	trial Augusto Teze	elli Filho.	
CIDADE	: Camp	о Мо	urãoTELEFONE: 44- 35253131			
			hotmail.com			
100			ITENS			100 E
			LOTE 01 - RECARGA			
Item	Qtd	Un	Descrição	Distribuidora	Valor Unit	V. Total
1	01	UN	Carga de gás GLP de 13 kg	LIQUIGAS	130,00	R\$ 130,00
2	01	UN	Carga de gás GLP de 45 kg	LIQUIGAS	495,90	R\$ 495,90
			LOTE 02 – AQUISIÇÃ	O DE BOTIJÕES		
Item	Qtd	Un	Descrição	Distribuidora	Valor Unit	V. Total
1	01	UN	Casco de gás de 13 kg (vazio)	LIQUIGAS	310,00	R\$ 310,00
2	01	UN	Casco para gás de 45 kg (vazio)	LIQUIGAS	1.500,00	R\$ 1.500,00

Campo Mourão/PR, 27 de Janeiro de 2023.

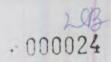
Proposta valida 60 dias.

LIQUI ALVES COM. E TRANSPORTE DE GÁS LIDA. CNPJ 82.658.618/0001-08

T82658618/0001-08

Liqui Alves Comércio e Transportes de Gás Ltda.

RUA VIA DO TRABALHADOR, 321 PQ. INDUSTRIAL - CEP 87306-620 CAMPO MOURÃO - PR





## PARECER JURÍDICO

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000

www.ubirata.pr.gov.br



Assunto: Fwd: Solicitação de Parecer 61/2023

De: Divisão de Licitação < licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Data: 08/02/2023 09:56

Para: "assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br" <assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br>

----- Mensagem encaminhada -----Assunto: Solicitação de Parecer 61/2023
Data: Tue, 7 Feb 2023 16:07:00 -0300

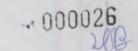
De:Divisão de Licitação <licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Para:parecerlicitacao@gmail.com

Boa tarde!
Solicito parecer referente a requisição em anexo
Obrigada!
Att.

Divisão de licitação (44)3543-8010

Requisição Gás.pdf 3,5MB minuta 61-2023.docx 157KB



Assunto: Solicitação de Parecer 61/2023

De: Divisão de Licitação < licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Data: 07/02/2023 17:07

Para: parecerlicitacao@gmail.com

Boa tarde! Solicito parecer referente a requisição em anexo Obrigada! Att.

Divisão de licitação (44)3543-8010

Anexos:	
Requisição Gás.pdf	3,5MB
minuta 61-2023.docx	157KB

·· 000027



#### PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 61/2023

**OBJETO:** AQUISIÇÃO POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS DE RECARGAS E BOTI-JÕES DE GÁS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, bem como a análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico, por meio de registro de preços, para aquisição de recargas e botijões de gás.

Foram apresentados ao processo cópia do ato de Requisição de Licitação, bem como minuta do instrumento convocatório para tal desiderato, instruído de edital de licitação, termo de referência, modelo de proposta de preços, bem como, modelo de declarações exigidas em lei e requeridas no Edital, declaração de habilitação e declaração de cumprimento dos requisitos legais e minuta do contrato.

A justificativa apresentada pelo Secretário para contratação pleiteada é de que: "a contratação do objeto tem por finalidade garantir o funcionamento das atividades diárias na cozinha das unidades de saúde e dos programas assistenciais, nas Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para preparo da merenda escolar e nas demais secretarias do município para proporcionar condições para o preparo de refeições visando atender as equipes de trabalho e usuários dos serviços públicos..."

É o breve relatório. Passo a opinar.

Desde logo, cumpre destacar que ao Assessor Jurídico não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, quanto aos aspectos jurídicos envolvidos, alertando os gestores quanto aos possíveis riscos de suas condutas.

Isso compreendido, passemos ao exame.

Consta dos autos a indicação da fonte de recursos para atender a despesa, o que atende a exigência do art. 7° §2°, inc. III, da Lei Federal n° 8.66/93, haja vista haver informação suficiente de que existe disponibilidade para cobrir a despesa.

Rememore-se, ainda, que o procedimento em questão apresenta formulário de dotação orçamentária, evidenciando a existência de previsão desta despesa ao especificar o valor, projeto, elemento de despesa, fonte de recursos e o plano interno, ratificado pelo ordenador de despesas do órgão.



Nesse sentido, o formulário cumpre com os requisitos legais exigidos pela Lei nº 8.666/93.

Nesta esteira, cabe analisar a modalidade licitatória, apontando-se que é admitida e indicada a realização de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado" (art. 1º, parágrafo único, Lei n.º 10.520/2002).

Conforme Marçal Justen Filho:

[...] há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto. (g. n.)

O pregão eletrônico é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Cumpre salientar que papel do órgão jurídico é o de verificar o preenchimento dos pressupostos legais, decorrentes da interpretação das normas pela doutrina e jurisprudência. Nesta seara, consta do processo a solicitação para a realização do pregão presencial, sendo, contudo, enviado pelo setor de licitação, de forma adequada, a indicação da modalidade de pregão eletrônico.

Restou acostado ainda a minuta do edital de licitação, para registro de preços na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o critério menor preço por item, para registro de preços, tendo por objeto aquisição agua mineral m copos e garrafas.

Quanto ao exame da regularidade do procedimento de licitação, no que diz respeito à sua fase interna, foram observadas as exigências do art.  $3^{\circ}$ , I, da Lei 10.520/02, bem como, o ato administrativo segue as diretrizes do art. 50, da Lei  $n.^{\circ}$  9.784/99.

Quanto à minuta do edital apresentada, essa contém as cláusulas obrigatórias exigidas pelo art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93 sendo que as exigências de qualificação são aquelas previstas expressamente nos arts. 27 a 31 da Federal nº 8.666/93.

O critério menor preço por item, é admissível na modalidade pregão eletrônico, é adequado, considerando que não foram observadas



características especiais que demandariam a análise da melhor técnica nas propostas a serem apresentadas.

Cabe advertir que a descrição do objeto, como preconiza o art. 3º, em seu inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, deve ser precisa, suficiente e clara, destacando-se que devem ser evitadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias (art. 3º, II), primando-se por certa padronização nos descritivos dos itens, de modo que sua definição seja interpretada de forma inequívoca pelos participantes do processo licitatório.

Convém salientar que a análise da adequação desta descrição escapa à matéria de conhecimento do profissional da área jurídica, a quem cabe apontar à autoridade solicitante quais as cautelas recomendáveis para garantir a higidez do certame, com o cumprimento das normas aplicáveis, no entanto, aparentemente, não existem defeitos grosseiros, capazes de ser constatados por este profissional.

Importante consignar que o presente procedimento é regido pelas normas de Sistema de Registro de Preços aliadas às demais normas mencionadas, sobretudo o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 7.892/13 e Decreto Municipal nº 11/2020, que autoriza a normatização pelos demais entes federados.

A particularidade da utilização do Sistema de Registro de Preços é, em suma, que concluído o pregão, se fixará em Ata os compromissos para futura contratação, ou seja, caso venha a ser concretizado o contrato, há que se obedecer às condições previstas na Ata, não ocorrendo a contratação imediata, mas sim, estabelecendo-se parâmetros que poderão ser contratados pela Administração Pública, e inclusive podendo ocasionar mais contratos a partir deste procedimento, enquanto viger.

Ademais, a ata de registro de preços impõe compromissos, basicamente, ao fornecedor e não à Administração Pública, sobretudo em relação aos preços e às condições de entrega.

Dessa forma, como constam nos autos do presente processo licitatório, existem dois instrumentos cuja distinção merece destaque: a minuta de contrato, que é instrumento diverso da Ata a ser formalizada. Naquele, será estabelecido os deveres e direitos do contratado e do contratante, numa relação de bilateralidade e comutatividade típicas desta modalidade; esta consignará das propostas mais vantajosas.

No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos



atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Do exposto, opino pela aprovação da minuta do edital de licitação para registro de preços, na modalidade pregão eletrônico, sob o critério menor preço por item, para aquisição de recargas e botijões de gás.

Por todo o exposto, entende esta Assessoria Jurídica que, o procedimento encontra-se de acordo com a lei federal n. º 8.666/93 e lei 10.520/2002, razões pela qual, diante das justificativas, opino pela sequência do procedimento na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

É o parecer. Ubiratã, 08 de fevereiro de 2023.

Carlos Danie; Sobierai Machado Assessor Jurídico OAB/PR 65.323



## **PORTARIAS**

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000

www.ubirata.pr.gov.br



#### PORTARIA № 6, DE 02 DE JANEIRO DE 2023

Designa servidores para a função de Pregoeiro(a), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Renan Felipe da Silva Lima, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Pregão, e Thaila Rodrigues Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotados na Secretaria da Administração, para exercerem a função de Pregoeiro(a) do Município de Ubiratã, nas licitações instauradas na modalidade Pregão, no período de 02/01/2023 a 31/03/2023.

Art. 2º Designar para integrarem equipe de apoio os servidores Altair da Silva Pereira, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Licitação, e Thiago Dadalto Gimenez, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotados na Secretaria da Administração.

Art. 3º Caberá aos Pregoeiros, em especial, conduzir a sessão pública; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, mediante requerimento de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; coordenar a sessão pública e o envio de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Art. 4º Os trabalhos dos servidores designados serão executados conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

MUNICÍPIO DE UBIRATÂ – PR
O presente ato foi publicado no Jornal
oficial Eletrônico do Município de
Ubiratã, Edição nº 1688, do dia
O3 / O1 / J3 e está
disponível no site www.ubirata.pe.gov.br.
menu Jornal Oficial Oaline.

Secretaria da Administração Divisão de Legislação

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852 CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000 www.ubirata.pr.gov.br



#### PORTARIA Nº 20, DE 10 DE JANEIRO DE 2023

Designa gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubiratã, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e considerando:

O disposto nos arts. 58, 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, que impõem à administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais;

A necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual;

A necessidade de a administração pública adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e

Que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os agentes públicos abaixo relacionados, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubiratã, pelo período de 10/01/2023 a 31/03/2023:

Gabinete do Prefeito Geraldo José dos Santos

Secretaria da Administração Claudinei Edson Dalla Corte

Secretaria da Assistência Social Claudineia de Souza Lazaretti

Secretaria das Finanças e Planejamento
Silvana de Abreu Moura

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Thiago Munhos D'Alécio Secretaria da Coordenação Geral do Governo Maria Inês Bento

Secretaria de Desenvolvimento Econômico Marcos da Silva Retamero

Secretaria de S. Urbanos e Pavimentação Ronaldo Felipe Maciel

Secretaria de Viação e Serviços Rurais Luiz Antônio Marafon

Secretaria do Esporte e Lazer Rafael de Mello Bartz

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852 CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000 www.ubirata.pr.gov.br



§1º São atribuições do Gestor de Contratos:

- I indicação do regime de execução e vigência do contrato, obrigações do município e da contratada, condições de pagamento, entre outras, durante a fase de elaboração do Termo de Referência do Edital;
  - II controle geral de contratos;
  - III conferência e aprovação de notas fiscais e recibos;
- IV análise da viabilidade, legalidade para recomendação à autoridade superior de concessão de reajustes e revisão de preços;
- V formalização de pedidos de termos aditivos para autorização da autoridade superior;
- VI formalização de pedidos de abertura de processo administrativo para notificação, análise e recomendação à autoridade superior para aplicação de sanções à contratada;
  - VII apoiar e orientar os fiscais de contrato quanto às ocorrências registradas;
- VIII designar, nos casos de muitas divisões em seu órgão, os responsáveis de cada divisão para realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços, orientando os responsáveis pelo recebimento e repassar a estes cópias dos contratos ou instrumento equivalente e demais informações pertinentes para o correto desenvolvimento de suas atividades; e
  - IX demais obrigações decorrentes dos contratos firmados.
- §2º Caberá ao Gestor designar servidores munidos de conhecimento prévio suficiente, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como fiscais dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubiratã, os quais terão as seguintes atribuições:
  - I realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços;
- II conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis, especialmente os responsáveis pelo recebimento, objetivando o fiel cumprimento do contrato;
- III conhecer a descrição dos serviços a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado) e dos bens e produtos a serem adquiridos (marca, prazos e locais de entrega);
- IV solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos e os produtos sejam substituídos quando apresentarem vícios, imperfeições ou incompatibilidade com disposto em contrato ou instrumento equivalente;
- V estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Gestor do Contrato às ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço ou em relação a terceiros;
- VI anotar em livro de ocorrências todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII responsabilizar-se pelo primeiro contato com a contratada nos casos de atraso na execução do contrato, devendo o mesmo ser efetuado através de notificação por escrito, de modo a se confirmar o recebimento:

bela, amada e gentil



VIII - comunicar ao Gestor do Contrato eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto, para que se proceda ao disposto no §1º inciso VI do artigo anterior;

IX - sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;

X - zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

XI - controlar os contratos quanto ao saldo e vigência dos mesmos, verificando a necessidade de aditivos ou novas licitações;

XII - monitorar os preços dos itens quanto à elevação ou redução providenciando os documentos e orçamentos necessários à readequação de acordo com o valor de mercado e encaminhando Solicitação de Revisão de Preços à Divisão de Licitação;

XIII - encaminhar Solicitação de Aditivo Contratual devidamente assinado pelo Gestor com justificava e orçamentos que comprovem a viabilidade do aditamento;

XIV - planejar, organizar, estimar, orçar e encaminhar solicitações de licitações à Divisão de Licitação contendo especificações detalhadas de cada item, prazos e condições de entrega ou execução, dotação orçamentária apropriada e assinatura do secretário;

XV - acompanhar e atender prontamente os responsáveis pelo recebimento, acatando e registrando suas ocorrências, assim como dirimi-las junto aos fornecedores, ou solicitar providências ao Gestor do Contrato; e

XVI - acompanhar a Comissão de Fiscalização dos órgãos municipais e promover as adequações observadas por ela.

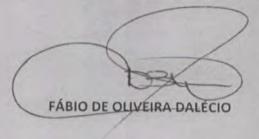
Art. 2º Os fiscais serão designados em cada instrumento contratual conforme indicação prévia do Gestor.

Art. 3º Os gestores e fiscais desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos ou funções.

Art. 4º Os fiscais indicados poderão, conforme solicitação prévia, serem designados para atuar em órgãos que não sejam o da sua lotação, desde que o objeto da contratação seja pertinente com a sua atuação.

Art. 5º A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR
O presente ato foi publicado no Jornal
oficial Eleurônico do Município de
Ubiratã, Edição nº 1690, do dia
10/01/23, e está
disponível no site www.ubirata.pr.gov.br,
menu Jornal Oficial Online.

Secretaria da Administração Divisão de Legislação

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852 CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000 www.ubirata.pr.gov.br

REQUISIÇÃO:61/2023

OBJETO: Aquisição de Recargas e Botijões de gás destinadas as Secretarias do Município de Ubiratã.

## TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

#### Fiscal do Contrato

GABINETE	Daiany Matias dos Santos
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

REQUISIÇÃO:61/2023

OBJETO: Aquisição de Recargas e Botijões de gás destinadas as Secretarias do Município de Ubiratã.

# TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

#### Fiscal do Contrato

GABINETE	Daiany Matias dos Santos
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

REQUISIÇÃO:61/2023

OBJETO: Aquisição de Recargas e Botijões de gás destinadas as Secretarias do Município de Ubiratã.

# TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

#### Fiscal do Contrato

GABINETE	Daiany Matias dos Santos
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

Ubiratã, 27 de Janeiro de 2023.

Edcarlos Favaro Pereira SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

REQUISIÇÃO:61/2023

OBJETO: Aquisição de Recargas e Botijões de gás destinadas as Secretarias do Município de Ubiratã.

## TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

#### Fiscal do Contrato

GABINETE	Daiany Matias dos Santos
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

REQUISIÇÃO:61/2023

OBJETO: Aquisição de Recargas e Botijões de gás destinadas as Secretarias do Município de Ubiratã.

## TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

#### Fiscal do Contrato

GABINETE	Daiany Matias dos Santos
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

REQUISIÇÃO:61/2023

OBJETO: Aquisição de Recargas e Botijões de gás destinadas as Secretarias do Município de Ubiratã.

# TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando a sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposições legais que regulam a matéria.

#### Fiscal do Contrato

GABINETE	Daiany Matias dos Santos		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva		
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza		
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski		
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni		
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves		
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima		
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira		
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva		



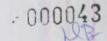
# **PUBLICAÇÕES**

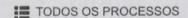
bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852

CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000

www.ubirata.pr.gov.br





**PRÓXIMAS** 

REALIZADAS

Abertura: 02/03/2023 às 08:30

Disputa: 02/03/2023 às 08:30

▶ PROCESSO LICITATÓRIO 5946/2023 - TOMADA DE PREÇO 02/2023

Publicação: 03/02/2023

Objeto:

REVITALIZAÇÃO DAS AVENIDAS NILZA DE OLIVEIRA PIPINO E YOLANDA LOUREIRO DE CARVALHO.

Abertura: 01/03/2023 às 08:15

Disputa: 01/03/2023 às 08:15

PROCESSO LICITATÓRIO 5963/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 12/2023

Publicação: 09/02/2023

Objeto:

POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS COM CAMINHÃO MUNCK COM GUINCHO DE CABO E CESTO AÉREO COM ALTURA MINÍMA 22,5 METROS DE ALCANCE, COM CAPACIDADE DE CARGA MINÍMA 9.500KG. DEVENDO TER FUNCIONÁRIO HABILITADO PARA MANUSEIO DO EQUIPAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

Abertura: 28/02/2023 às 08:15

Disputa: 28/02/2023 às 08:15

Disputa: 27/02/2023 às 08:30

Secretaria: SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO

▶ PROCESSO LICITATÓRIO 5961/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 10/2023

Publicação: 09/02/2023

Objeto:

AQUISIÇÃO DE REFLETORES DE LED PARA OS PORTAIS DOS TREVOS NORTE E SUL.

▶ PROCESSO LICITATÓRIO 5956/2023 - TOMADA DE PREÇO 04/2023

Publicação: 08/02/2023

Abertura: 27/02/2023 às 08:30

Obieto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR CAPA ASFÁLTICA PARA DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA AVENIDA YOLANDA LOUREIRO DE CARVALHO.

Abertura: 27/02/2023 às 08:15

Disputa: 27/02/2023 às 08:15

PROCESSO LICITATÓRIO 5954/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 09/2023

Publicação: 07/02/2023

Objeto:

MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE UBIRATĂ, COM FORNECIMENTO DE LUMINÁRIAS LED E OUTROS MATERIAIS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TESTES E ENSAIOS.

Abertura: 27/02/2023 às 08:15

Disputa: 27/02/2023 às 08:15

PROCESSO LICITATÓRIO 5962/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 11/2023

Publicação: 09/02/2023

Objeto:

AQUISIÇÃO DE RECARGAS E BOTIJÕES DE GÁS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE UBIRATĂ.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Valor Máximo: 215.128,27

Anexos.

P EDITAL

De acordo com a Lei nº 1.887 de 30 de maio de 2011.



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

# MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2023

EDIÇÃO ESPECIAL 1.708- ANO: XVIII

Página 4 de 4

QUINTA TEINA, 5 DE TEVENEINO DE ESES

www.ubirata.pr.gov.br

I – Rosane Maria Demarco Camargo, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

II – Rosimeire Aparecida Marçal de Oliveira, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura; III – Sidineia de Oliveira Trivillin, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

IV – Silvana Carbonera dos Santos, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura; e

V – Silvana Ferreira da Silva, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

#### PORTARIA № 129, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2023

Designa servidoras para exercício de jornada em regime suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 57 e subsequentes da Lei nº 2416, de 12 de dezembro de 2018,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercício de jornada em regime suplementar as servidoras abaixo relacionadas:

I – Solange Guimarães Damasceno da Silva, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

II - Sueli Zuliani Luizette, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

III – Tatiane Aparecida Rodrigues Matos, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

IV – Vanessa Elida da Silva Harada, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura; e

V - Vanessa Gibin de Oliveira Carlota, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2023.

310 DE OLIVEIRA DALÉCIO

#### PORTARIA № 130, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2023

Designa servidoras para exercício de jornada em regime suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 57 e subsequentes da Lei nº 2416, de 12 de dezembro de 2018,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar para exercício de jornada em regime suplementar as servidoras abaixo relacionadas:

I – Vanessa Nogueira Sluzovski, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

II – Vania Regina Perini, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

III – Yara Vieira Alberti, ocupante do cargo de professora, 20h, lotada na Secretaria da Educação e Cultura;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

#### PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5962/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023

Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço por Item, isando AQUISIÇÃO DE RECARGAS E BOTIJÕES DE GÁS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h15min do dia 27 de fevereiro de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal. Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h15min do dia 27 de fevereiro de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço

https://www.gov.br/compras/pt-br/.
O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Ubirată, Paraná, 09 de fevereiro de 2023.

#### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Sem publicações

Prefeito do Município: Fábio de Oliveira Dalécio Redação e Administração: Divisão de Imprensa Oficial Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852 CEP. 85.440-000 - Ubiratã/Paraná e-mail: legislar@ubirata.pr.gov.br Fone: (44)3543-8000



Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municípial Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <a href="https://www.ubirata.pr.gov.br">www.ubirata.pr.gov.br</a>, no link Jornal Oficial Online.



# RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00011/2023-000 SRP

#### 1 - Itens da Licitação

#### 1 - Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Descrição Detalhada: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 606

Quantidade Máxima para Adesões:

Valor Unitário (R\$):

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):

Local de Entrega (Quantidade): Ubiratã/PR (606)

2 - Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Descrição Detalhada: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

tamento Diferenciado: Não

plicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 315

Quantidade Máxima para Adesões:

Valor Unitário (R\$):

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):

Local de Entrega (Quantidade): Ubiratã/PR (315)

0 432 96

0

0.01

0.01

3 - Botijão Para Gás

Descrição Detalhada: Botijão Para Gás Uso: Doméstico, Capacidade: Cerca De 13 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 17

Quantidade Máxima para Adesões:

Valor Unitário (R\$):

Intervalo Minimo entre Lances (R\$):

Local de Entrega (Quantidade): Ubiratā/PR (17)

233,33 0.01

816.66

0,01

0

#### 4 - Botijão Para Gás

scrição Detalhada: Botijão Para Gás Uso: Doméstico , Capacidade: Cerca De 45 KG, Acessórios: Com Válvula E Mecanismo De Segurança

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 5

Quantidade Máxima para Adesões:

Valor Unitário (R\$): Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):

Local de Entrega (Quantidade): Ubirată/PR (5)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Julgamento: Menor Preço

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Critério de Julgamento: Menor Preço

Unidade de Fornecimento: Unidade

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade



Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

Ministério da Economia

Licitação

Ambiente:	PRO	DUCÃO

09/02/2023 16:27:26

Órgão 96120 - ESTADO DO PARANA			UASG Resp 987933 - P	oonsável REF.MUN.DE UBIRATA	
odalidade de Licitação regão da IRP 00006/2023	gão 00011/2023 Registro de P				Modo de Disputa Aberto
do Processo 962 Ilidade da Ata SRP	Tipo de Licitação Menor Preço	Compra Nacio	nal	Gerenciada/Autorizada M Não Valor Total da Compra (F	R\$) Quantidade de Itens
12 mes(es) bjeto	Equalização de ICMS	Internacion		215.128,2700	) 4
quisição de recargas	e botijões de gás em ater	ndimento a Sec	retaria do	Município de Ubiratã.	
CPF do Responsável 600.760.209-59 Disponibilidade do Edital Data da Disponibilidade A partir de 10/02/2023	do Edital	VEIRA DALECIO	Perí	Prefe  odo da Disponibilidade do E s 08:00 * às 12:00 e das	ito
* Logradouro			-	Bairro	
* Código do Município	* Município/UF  Ubiratã/PR		_ Q	DDD Telefone 35438010	Ramal Fax
Entrega da Proposta partir da disponibilidade	do Edital, no endereço eletrônio	co: www.gov.br/	compras		
Abertura da Licitação Em 27/02/2023 as	08:15 no endereço eletrônico	o: www.gov.br/co	ompras		
Salvar Aviso   Exclu	ir Aviso   Disponibilizar a	penas para D	ivulgação		

Salução E SERPRO



Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

Ministério da Economia

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

09/02/2023 16:27:49

Este Aviso de Licitação será Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 10/02/2023.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão

96120 - ESTADO DO PARANA

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação 00011/2023 Característica

Registro de Preço (SRI

Forma de Realização Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da IRP

00006/2023

Nº do Processo 5962

Tipo de Licitação Menor Preço

Compra Nacional Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA

Validade da Ata SRP

12 mes(es)

Equalização de ICMS

Internacional

Quantidade de Itens 4

**UASG** Responsável

Objeto

Aquisição de recargas e botijões de gás em atendimento a Secretaria do Município de Ubiratã.

Data da Divulgação

10/02/2023

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 10/02/2023

às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação

Em 27/02/2023

às 08:15

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução FERPRO



· 000048

# **EDITAL E ANEXOS**

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852 CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000 www.ubirata.pr.gov.br





# PREGÃO ELETRÔNICO № 11/2023 PROCESSO LICITATÓRIO № 5962/2023

# LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA

# 1. PREÂMBULO

- 1.1. O Município de Ubiratã, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 001/2012 e suas alterações, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.
- 1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>, conforme datas e horários definidos abaixo:
  - 1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.
  - 1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS <u>08H15MIN DO DIA 27 DE</u> <u>FEVEREIRO DE 2023</u>, horário de Brasília, Distrito Federal.
- 1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

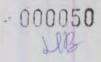
#### 2. DO OBJETO

- 2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGAS E BOTIJÕES DE GÁS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, conforme solicitação das Secretarias do Município
  - 2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.
  - 2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

#### 3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$ 215.128,27 (Duzentos e quinze mil cento e vinte e oito reais e vinte e sete centavos).





3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

# 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		583,30
0303	6247	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.333,20
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		7.163,17
0501	6265	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	5.680,22
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		29.583,37
0502	6268	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	29.700,03
0503	6275	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		15.474,83
0503	6277	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	15.474,83
0503	6278	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		14.108,54
0503	6280	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	14.541,50
0602	6310	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	1.599,56
0605	6319	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.599,56
0605	6320	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.599,56
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		3.932,76
0606	6325	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.599,56
0702	6344	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	200000000000000000000000000000000000000	
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,24
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.099,88
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.099,88

1201	6376	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	816,62
1501	6384	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	13.623,86
1501	6385	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	13.506,86
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	35.556,95
1802	6400	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	233,32

#### 5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC № 123/06

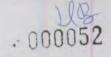
- 5.1. O presente edital estabelece ampla concorrência, uma vez que os valores ultrapassam o estabelecido no ART. 48 inciso I da LC nº 123/06.
- 5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos art. 43 e 44 da LC nº 123/06.

# 6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.
- 6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do email <u>licitacao@ubirata.pr.gov.br</u>, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.
- 6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.
- 6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras.gov.br e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.
- 6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.
- 6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

#### 7. DO CREDENCIAMENTO



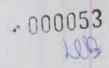


- 7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais SIASG, pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
- 7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- 7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantêlos atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

# 8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.
  - 8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.
- 8.2. Não poderão participar da presente licitação:
  - 8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;
  - 8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubiratã, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;
  - 8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;
  - 8.2.4. Empresas que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
  - 8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;





- 8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49.
    - 8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento do certame;
    - 8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.
  - 8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
  - 8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - 8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
  - 8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
  - 8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.
- 8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.
- 9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

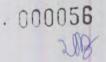


- 9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>, <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2023</a>, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.
- 9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.
- 9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.
  - 9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  - 9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
  - 9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
  - 9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
  - 10.1.2. Valor unitário e total do item, com no máximo duas casas decimais;
- 10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.

- 10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias a contar da data de sua apresentação.
- 10.6. As Licitantes poderão cotar somente os itens que forem de seu interesse.
- 10.7. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.8. A apresentação da proposta implicará:
  - 10.8.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;
  - 10.8.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e, condições para execução dos serviços.
- 11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.
- 11.1. A PARTIR DAS 08H15MIN DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2023, horário de Brasília DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
  - 11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
  - 11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.
  - 11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.
  - 11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, devendo o lance ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO/TOTAL DE CADA ITEM.
- A. As Licitantes deverão honrar o lance ofertado para a execução do quantitativo total do objeto, sob pena de aplicação das penalidades previstas em edital pelo não mantimento da proposta.
- 11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.
- A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo "valor negociado".
- 11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-0,01 (um centavo).
- 11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrarse-á automaticamente.





- 11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.
- 11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06.
- 11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.



- 11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;
- 11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

# 12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de duas horas a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras.gov.br, e deverá:
  - 12.1.1. Conter o número e a modalidade da presente licitação;
  - 12.1.2. Conter a Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;
  - 12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;
  - 12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;
  - 12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;
  - 12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;
- 12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.
  - 12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.
  - 12.4. A Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta quando convocada, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
  - 12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras.gov.br.



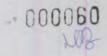


- 12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.
- 12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
  - 12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.
- 12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### 13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
- 13.2. Serão desclassificadas as propostas:
  - 13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
  - 13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
  - 13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;
  - 13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.
- 13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
  - 13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;





- 13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.
- 13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 13.6. Nos itens não exclusivos para a participação de MEI/ME/EPP/COOP, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

# 14. DA HABILITAÇÃO

- 14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 14.1.1. SICAF;
  - 14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
  - 14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<u>www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</u>);
  - 14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<a href="www.cnj.jus.br/improbidade">www.cnj.jus.br/improbidade</a> adm/consultar requerido.php);



- 14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU.
- 14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).
- 14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
  - 14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.
- 14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.
  - 14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras.gov.br, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.
  - 14.6.2. É dever da Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.
  - 14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).
  - 14.6.4. A Licitante detentora do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



- 14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.
- 14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

## 14.11.1. Habilitação Jurídica:

- A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- B. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="https://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a>;
- C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- E. Documento de identificação com foto (RG) do (s) sócio (s) proprietário (s);
- F. Cadastro de Pessoa Física (CPF) do (s) sócio (s) proprietário (s).
- 14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
- 14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.
- 14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.



14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

# 14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;
- C. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- D. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- E. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- F. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante.

## 14.11.8. Qualificação Técnica:

- A) Certidão de regularidade junto a Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustivel ANP, documento original ou cópia autenticada;
- B) Licença de operação emitida pelo IAP Instituto Ambiental do Paraná atualizado, documento original ou cópia autenticada;
- C) Certificado de regularidade CR emitido pelo IBAMA atualizado da filial participante da licitação conforme instrução normativa n "06 de 15/03/2013. Documento original ou cópia autenticada;
- D) Alvará de localização/funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal da empresa licitante, documento original ou cópia autenticada;
- E) Certificado de Vistoria em Estabelecimento CVE, em vigência emitida pelo corpo de bombeiros, documento original ou cópia autenticada.

# 14.11.9. Qualificação Econômico – Financeira.

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

# 14.11.10. Documentação Complementar.

- A. Declaração Unificada, conforme modelo constante no Anexo III.
- 14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

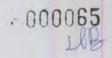


- 14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.
- 14.17. Nos itens não exclusivos a MEI/ME/EPP/COOP, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindose a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

#### 15. DOS RECURSOS

- 15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.
  - 15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para,





querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

# 16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.
  - 16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
  - 16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

# 17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1. O objeto da licitação será adjudicado à Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

# 18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços.
- 18.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.





- 18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura a Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.
- 18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.
- 18.4. A existência de preços registrados não obriga o município a firmar contratações que deles possam advir.
- 18.5. Para a contratação do objeto do presente registro de preços, o município se reserva ao direito de considerar as notas de empenho, autorizações de compras ou ordens de execução de serviços como instrumento de contrato, de acordo com o previsto no art. 62, caput da Lei nº 8.666/93.
- 18.6. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

# 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Sujeitam-se as Licitantes às seguintes penalidades:
  - 19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:
    - A Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
    - B Fizer declaração falsa;
    - C Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
    - D Omitir o real enquadramento da empresa;
    - E Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
    - 19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea "A", qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura da Ata de Registro de Preços.





- 19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:
  - A Não mantiver proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;
  - B Recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
  - 19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea "A", a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- 19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:
  - A Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.
- 19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita a Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02
- 19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.
- 19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços.

# 20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 20.1. Fica garantido ao Município de Ubiratã o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.



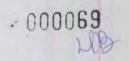


- 20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

# 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubiratã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.2. O Município de Ubiratã não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.
- 21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.
- 21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo (a) pregoeiro (a).
- 21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
  - 21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;
  - 21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.
- 21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.9. Todos os documentos em que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.
- 21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





- 21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.
- 21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.
- 21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ubirata.pr.gov.br, https://www.gov.br/compras/pt-br/ e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 21.18.1. Anexo I Termo de Referência;
  - 21.18.2. Anexo II Modelo de Proposta de Preços;
  - 21.18.3. Anexo III Modelo de Declaração Unificada;
  - 21.18.4. Anexo IV Minuta da Ata de Registro de Preços.

Ubiratã, Paraná, 09 de fevereiro de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO № 11/2023 PROCESSO LICITATÓRIO № 5962/2023

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, se destina à Aquisição de Recargas e Botijões de gás destinadas as Secretarias do Município de Ubiratã.

# 2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do objeto em questão tem por finalidade garantir o funcionamento das atividades diárias na cozinha das unidades de saúde e dos programas assistenciais, nas Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para preparo da merenda escolar e nas demais secretarias do município para proporcionar condições para o preparo de refeições visando atender as equipes de trabalho e usuários dos serviços públicos. Nas demais copas, em sua maioria, é preparado somente café para os servidores e usuários que se utilizam das dependências da prefeitura e demais locais de atendimento aos usuários do serviço público.

#### 3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade máxima estimada e valores unitários e totais máximos:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	RECARGA DE GÁS P13	606	UN.	116,66	70.695,96
1	2	Gás P45 completo	315	UN.	432,96	136.382,40
1	3	Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	17	UN.	233,33	3.966,61
1	4	Casco de gás vazio de 45 kg (461515)	5	UN.	816,66	4.083,30

#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

# 5. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.



. 000071

# 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.
  - 6.1.1. O prazo para envio da Ordem de Compras será de acordo com a necessidade do município a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual será encaminhada via e-mail à empresa.
  - 6.1.2. O prazo de entrega dos produtos será:

Lote 01: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da autorização.

- 6.1.2.1 A necessidade do prazo de uma hora para a entrega da recarga de gás se dá, poiso município não dispõe de estoque de cilindros nas suas unidades, nas Escolas e Creches é ofertada merenda, na Casa Lar o alimento é preparado diariamente, no Restaurante Popular é feito refeição para as famílias de baixa renda, sendo assim é necessário à entrega pontual, dentro do prazo estabelecido, afim de não haver falta de alimento para atender tais unidades.
- Lote 02: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega no local requisitado, ' durante horário de expediente, a contar do recebimento da ordem de compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.
- 6.1.3. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.
- 6.1.4. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.
  - 6.2.1. Os objetos deverão ser entregues nos locais e horários determinados na ordem de compras dentro do perímetro urbano do município e também no Distrito de Yolanda (aproximadamente 16 km da área urbana) e Comunidade São João (aproximadamente 13 km da área urbana). Podendo cada pedido ser efetuado qualquer dia da semana inclusive em sábados, domingos e feriados.
- 6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.
  - 6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.



- 000072

6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

### 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.
- 7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.
  - 7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Compras.
- 7.3. A empresa é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.
  - 7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.
  - 7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

#### 8. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

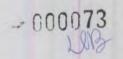
8.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Oitava da Minuta da Ata de Registro de Preços.

## 9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.
- 9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0205	6243	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		583,30
0303	6247	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS	1	2.333,20





		Manager 1	ENGARRAFADOS		
0501	6263	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		7.163,17
0501	6265	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	5.680,22
0502	6266	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		29.583,37
0502	6268	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	29.700,03
0503	6275	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		15.474,83
0503	6277	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	15.474,83
0503	6278	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		14.108,54
0503	6280	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	104	14.541,50
0602	6310	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	494	1.599,56
0605	6319	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.599,56
0605	6320	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.599,56
0605	6321	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		3.932,76
0606	6325	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.599,56
0702	6344	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		583,30
0901	6350	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		1.633,24
1001	6355	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.099,88
1002	6357	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		2.099,88
1201	6376	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		816,62
1501	6384	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		13.623,86
1501	6385	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		13.506,86
1601	6390	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		35.556,95
1802	6400	339030040000	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		233,32

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos (as) servidores (as):

GABINETE	Geraldo José dos Santos	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Claudinei Edson Dalla Corte	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Elcia Godinho de Morais da Silva	
SECRETARIA DE SAÚDE	Lilian Welz Trindade	
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Ronaldo Felipe Maciel	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Claudineia de Souza Lazaretti	
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Luiz AntonioMarafon	
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Thiago Munhoz D' alécio	
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Rafael de Melo Bartz	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Marcos da Silva Retamero	

10.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos (as) servidores (as), e na sua ausência, ficará a cargo dos (as) servidores (as) :

A) Fiscais de Contrato:

GABINETE	Daiany Matias dos Santos	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva	
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza	
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni	
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves	
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima	
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva	

B) Fiscais Substitutos:

B) Fiscais Substitutos:		
GABINETE	Selmo Simplício da Silva	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Marcelo de Oliveira Rinaldi	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Edicleia Aparecida Duarte Felizari	
SECRETARIA DE SAÚDE	Gessica K. dos S. Rocatelli	
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Karla Tatiane M. de O. dos Santos	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean CarlosBonissoni	
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Oswaldo Luiz Ribeiro	
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Elza de Oliveira Souza Lemes	
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Dejivan Mendes	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva	



- 10.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 10.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.
- 10.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 20/2022.

### 11. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

11.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta da Ata de Registro de Preços.



#### ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE Nº DO CNPJ Endereço, Cidade e Estado. Nº do Telefone. Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 11/2023.

- 1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:
  - 1.1. O valor global para a execução do objeto é de R\$- (valor por extenso).
  - 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
  - 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.
- 2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).
- 3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Fornecedora para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).
- 4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).
- 5. Relação de itens cotados:

Tabela igual à do Termo de Referência.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal CPF e RG



# ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

#### PREGÃO ELETRÔNICO № 11/2023

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TEL:
E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;
- B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubiratã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal CPF nº RG nº





### ANEXO IV MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE UBIRATA, pessoa jurídica de	direito público, inscr	rito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10,
com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliv		
do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado	pelo Prefeito Fábio	de Oliveira Dalécio, e a empresa
		, Cidade, Estado
, CEP , telefone nº	e e-mail	, doravante designada como
FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Regis	stro de Preços que se	regerá pelas condições estabelecidas
no Processo Licitatório nº 5962/2023, Pregão Ele	etrônico n.º 11/2023	e de acordo com as cláusulas a seguir:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é Aquisição de recargas e Botijões de Gás em atendimento as Secretarias do Município de Ubiratã.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	RECARGA DE GÁS P13	606	UN.	116,66	70.695,96
1	2	Gás P45 completo	315	UN.	432,96	136.382,40
1	3	Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	17	UN.	233,33	3.966,61
1	4	Casco de gás vazio de 45 kg (461515)	5	UN.	816,66	4.083,30

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

- 3.1. O valor global registrado é de R\$ 215.128,27 (Duzentos e quinze mil cento e vinte e oito reais e vinte e sete centavos)
  - 3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO



5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.
- 6.1.1. O prazo para envio da Ordem de Compras será de acordo com a necessidade do município a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual será encaminhada via e-mail à empresa.
- 6.1.2. O prazo de entrega dos produtos será:

Lote 01: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da autorização.

6.1.2.1 A necessidade do prazo de uma hora para a entrega da recarga de gás se dá, poiso município não dispõe de estoque de cilindros nas suas unidades, nas Escolas e Creches é ofertada merenda, na Casa Lar o alimento é preparado diariamente, no Restaurante Popular é feito refeição para as famílias de baixa renda, sendo assim é necessário à entrega pontual, dentro do prazo estabelecido, afim de não haver falta de alimento para atender tais unidades.

Lote 02: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega no local requisitado, ' durante horário de expediente, a contar do recebimento da ordem de compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.

- 6.1.3. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.
- 6.1.4. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.
- 6.2.1. Os objetos deverão ser entregues nos locais e horários determinados na ordem de compras dentro do perímetro urbano do município e também no Distrito de Yolanda (aproximadamente 16 km da área urbana) e Comunidade São João (aproximadamente 13 km da área urbana). Podendo cada pedido ser efetuado qualquer dia da semana inclusive em sábados, domingos e feriados.
- 6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.



- 6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.
- 6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

### 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.
- 7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.
- 7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Compras.
  - 7.3. A empresa é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.
  - 7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.
  - 7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:
  - 8.1.1. Receber a prestação do objeto desta ata nas condições previstas;
  - 8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;
  - 8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;
  - 8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:
  - 8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;



- 8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;
- 8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
- 8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Precos;
- 8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.
- 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:
  - 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
  - 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
  - 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
  - 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n°8.078 de 1990);
  - 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
  - 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
  - 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentálas no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
  - 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
  - 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
  - 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;



- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
- 11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.
  - 11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.
- 11.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.



- 11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
- 11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.
- 11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos (as) servidores (as):

GABINETE	Geraldo José dos Santos	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Claudinei Edson Dalla Corte	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Elcia Godinho de Morais da Silva	
SECRETARIA DE SAÚDE	Lilian Welz Trindade	
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Ronaldo Felipe Maciel	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Claudineia de Souza Lazaretti	
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Luiz AntonioMarafon	
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Thiago Munhoz D' alécio	
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Rafael de Melo Bartz	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Marcos da Silva Retamero	

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos (as) servidores (as), e na sua ausência, ficará a cargo dos (as) servidores (as) :

A) Fiscais de Contrato:

GABINETE	Daiany Matias dos Santos	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva	
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza	
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski	
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni	
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves	
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima	



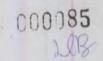
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER			Edcarlos Favaro Pereira
SECRETARIA ECONÔMICO	DE	DESENVOLVIMENTO	Robson Alexandre da Silva

B) Fiscais Substitutos:

b) i iscais substitutos.			
GABINETE	Selmo Simplício da Silva		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Marcelo de Oliveira Rinaldi		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Edicleia Aparecida Duarte Felizari		
SECRETARIA DE SAÚDE	Gessica K. dos S. Rocatelli		
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Karla Tatiane M. de O. dos Santos		
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean CarlosBonissoni		
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Oswaldo Luiz Ribeiro		
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Elza de Oliveira Souza Lemes		
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Dejivan Mendes		
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva		

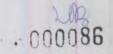
- 10.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 10.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.
- 10.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 20/2022.
- 12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.
- 12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 20/2023.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





- 13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
  - 13.1.1. Advertência;
  - 13.1.2. Multa;
  - 13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;
  - 13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 13.2. As multas poderão ser:
  - 13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:
    - 13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.
      - A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.
    - 13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.
  - 13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:
    - 13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;
    - 13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.
- 13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:
  - 13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;
  - 13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e
  - 13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.
- 13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:
  - 13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;





- 13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;
- 13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.
- 13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:
  - 13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
  - 13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.
- 13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.
- 13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.
  - 13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.
- 13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:
  - 14.1.1. For liberado;
  - 14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - 14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;



- 14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.
- 14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - 14.2.1. Por razão de interesse público; ou
  - 14.2.2. A pedido do fornecedor.
- 14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.
- 14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados à Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO

- 16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos nesta Ata de Registro de Preços e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:
  - 16.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
  - 16.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.
  - 16.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para o cancelamento desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

#### 19. CLÁSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubiratã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubiratã - Paraná, XX de XXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

-- 000089

# **FASE EXTERNA**

#### Pregão/Concorrência Eletrônica

987933.112023 .6144 .4360 .1123200



#### Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 00011/2023 (SRP)

Às 08:15 horas do dia 27 de fevereiro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 06/2023 de 02/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 5962, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00011/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Aquisição de recargas e botijões de gás em atendimento a Secretaria do Município de Ubiratã.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriuse em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Descrição: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Descrição Complementar: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 606

Valor Máximo Aceitável: R\$ 116,6600 Aplicabilidade Decreto 7174: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01 Unidade de fornecimento: UNIDADE Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 116,6600 e a quantidade de 606 UNIDADE.

Descrição: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Descrição Complementar: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 315

Valor Máximo Aceitável: R\$ 432,9600 Aplicabilidade Decreto 7174: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 432,9600 e a quantidade de 315 UNIDADE.

Item: 3

Descrição: Botijão Para Gás

Descrição Complementar: Botijão Para Gás Uso: Doméstico , Capacidade: Cerca De 13 KG, Acessórios: Com

Válvula E Mecanismo De Segurança

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 17

Valor Máximo Aceitável: R\$ 233,3300 Aplicabilidade Decreto 7174: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01 Unidade de fornecimento: Unidade Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 233,3300 e a quantidade de 17 Unidade.

Item: 4

Descrição: Botijão Para Gás

Descrição Complementar: Botijão Para Gás Uso: Doméstico , Capacidade: Cerca De 45 KG, Acessórios: Com

Válvula E Mecanismo De Segurança

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 5

Valor Máximo Aceitável: R\$ 816,6600 Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01

Unidade de fornecimento: Unidade Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 816,6600 e a quantidade de 5 Unidade.

Histórico

Item: 1 - Instalação / manutenção - rede distribuição gás

-000091

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro		
82.658.618/0001-08	LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	Não	Não	606	R\$ 116,6600	R\$ 70.695,9600	25/02/2023 16:06:38		
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: RECARGAS DE GAS DE 13 KG Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)								

Lances (Obs: lances com \* na frente indicam que foram excluídos)

 Valor do Lance
 CNPJ/CPF
 Data/Hora Registro

 R\$ 116,6600
 82.658.618/0001-08
 27/02/2023 08:15:00:263

#### Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	27/02/2023 08:17:18	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	27/02/2023 08:25:00	Item aberto para lances.
Encerramento sem prorrogação	27/02/2023 08:35:01	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento	27/02/2023 08:35:06	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	27/02/2023 08:35:06	Item com etapa aberta encerrada.
Aceite de proposta	27/02/2023 09:41:38	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, pelo melhor lance de R\$ 116,6600.
Abertura do prazo - Convocação anexo	27/02/2023 09:42:13	Convocado para envio de anexo o fornecedor LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	27/02/2023 09:56:20	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08.
Abertura do prazo - Convocação anexo	27/02/2023 10:10:34	Convocado para envio de anexo o fornecedor LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	27/02/2023 10:24:06	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08.
Habilitação de fornecedor	27/02/2023 10:33:44	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08

#### Não existem intenções de recurso para o item

#### Item: 2 - Instalação / manutenção - rede distribuição gás

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro			
82.658.618/0001-08	LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA		Não	315	R\$ 432,9600	R\$ 136.382,4000	25/02/2023 16:06:38			
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: RECARGAS DE GÁS DE 45KG Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)									

Lances (Obs: lances com \* na frente indicam que foram excluídos)

 Valor do Lance
 CNPJ/CPF
 Data/Hora Registro

 R\$ 432,9600
 82.658.618/0001-08
 27/02/2023 08:15:00:263

#### Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

<b>Eventos do Item</b>			- 4
Evento	Data	Observações	
Encerramento análise de propostas	27/02/2023 08:17:42	Item com análise de propostas finalizada.	

-77-17-17-17-1		
Abertura	27/02/2023 08:25:01	Item aberto para lances.
Encerramento sem prorrogação	27/02/2023 08:35:02	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
Encerramento etapa aberta	27/02/2023 08:35:10	Item com etapa aberta encerrada.
Encerramento	27/02/2023 08:35:10	Item encerrado para lances.
Aceite de proposta	27/02/2023 09:41:46	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, pelo melhor lance de R\$ 432,9600.
Habilitação de fornecedor	27/02/2023 10:33:45	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08

#### Não existem intenções de recurso para o item

#### Item: 3 - Botijão Para Gás

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
82.658.618/0001-08	LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	Não	Não	17	R\$ 233,3300	R\$ 3.966,6100	25/02/2023 16:06:38
	Marca: LIQUIG Fabricante: LI Modelo / Vers Descrição Det Porte da empr	QUIGAS ão: CASCO VA alhada do Obj	eto Ofertado		DE 13 KG		

Lances (Obs: lances com \* na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 233,3300	82.658.618/0001-08	27/02/2023 08:15:00:263

#### Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Data	Observações
27/02/2023 08:17:57	Item com análise de propostas finalizada.
27/02/2023 08:35:07	Item aberto para lances.
27/02/2023 08:45:08	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.
27/02/2023 08:45:20	Item encerrado para lances.
27/02/2023 08:45:20	Item com etapa aberta encerrada.
27/02/2023 09:41:52	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, pelo melhor lance de R\$ 233,3300.
27/02/2023 10:33:45	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08
	27/02/2023 08:17:57 27/02/2023 08:35:07 27/02/2023 08:45:08 27/02/2023 08:45:20 27/02/2023 08:45:20 27/02/2023 09:41:52 27/02/2023

#### Não existem intenções de recurso para o item

#### Item: 4 - Botijão Para Gás

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

20020122	400000000000000000000000000000000000000	ME/EPP	Declaração	Overstide de	Valor Halt	Valor Clobal	Data/Hora
CNPJ/CPF	Fornecedor	Equiparada	ME/EPP	Quantidade	valor unit.	Valor Global	Registro

000093

		Comp	do.gov.bi	L DL OOM	TO DO GOVERN		- 110000
TRANDE G	LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	Não	Não	5	R\$ 816,6600	R\$ 4.083,3000	25/02/2023 16:06:38
	Marca: LIQUIGAS Fabricante: LIQU Modelo / Versão	IIGAS	Z10				

ances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)				
Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro		
R\$ 816,6600	82.658.618/0001-08	27/02/2023 08:15:00:263		

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: CASCO VAZIO DE 45 KG

Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

#### Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item Evento	Data	Observações				
Encerramento análise de propostas	27/02/2023 08:16:46	Item com análise de propostas finalizada.				
Abertura	27/02/2023 08:35:11	Item aberto para lances.				
Encerramento sem prorrogação	27/02/2023 08:45:12	Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta.				
Encerramento etapa aberta	27/02/2023 08:45:22	Item com etapa aberta encerrada.				
Encerramento	27/02/2023 08:45:22	Item encerrado para lances.				
Aceite de proposta	27/02/2023 09:41:59	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, pelo melhor lance de R\$ 816,6600.				
Habilitação de fornecedor	27/02/2023 10:33:45	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08				

#### Não existem intenções de recurso para o item

	Data	Mensagem
Sistema	27/02/2023 08:15:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 2 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:15 e 11:30 e entre 13:30 e 16:30 Mantenham-se conectados.
Sistema	27/02/2023 08:25:00	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	27/02/2023 08:25:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envío de lances.
Sistema	27/02/2023 08:25:01	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	27/02/2023 08:35:01	O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	27/02/2023 08:35:02	O item 2 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	27/02/2023 08:35:06	O item 1 está encerrado.
Sistema	27/02/2023 08:35:07	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	27/02/2023 08:35:10	O item 2 está encerrado.
Sistema	27/02/2023 08:35:11	O item 4 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	27/02/2023 08:45:08	O item 3 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	27/02/2023 08:45:12	O item 4 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro.
Sistema	27/02/2023 08:45:20	O item 3 está encerrado.

			1	Ul2	b
0	0	0	0	9	4

02/2023 11:16		Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO	X
Sistema	27/02/2023 08:45:22	O item 4 está encerrado.	0000
Sistema	27/02/2023 08:45:24	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa eta funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilid	apa na ade".
Pregoeiro	27/02/2023 08:46:09	Bom dia, srs. Licitantes, informo que iniciarei a verificação das proposta	s iniciais.
Pregoeiro	27/02/2023 08:52:42	Para LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - Senhor L solicito que verique, por gentileza, a possibilidade de reduzir o valor e proposta.	
82.658.618/0001- 08	27/02/2023 08:57:56	Bom dia, infelizmente não consigo ajustar nada	
Pregoeiro	27/02/2023 08:59:20	Senhor fornecedor, tendo em vista que a proposta apresentada pela e inicialmente vencedora atendeu as exigências editalícias, iniciaremos a Habilitação, através do SICAF e documentos anexados. Retomaremos a após a conferência da mesma.	nálise da
Pregoeiro	27/02/2023 09:39:48	Para LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - Senhor L poderia me encaminhar em anexo a Declaração Unificada conforme ane edital, no prazo máximo de 2 (duas) horas?	
Sistema	27/02/2023 09:42:13	Senhor fornecedor LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, solicito o envio do anexo referente ao	
82.658.618/0001- 08	27/02/2023 09:43:01	Sim	
Sistema	27/02/2023 09:56:20	Senhor Pregoeiro, o fornecedor LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, enviou o anexo para o íten	
82.658.618/0001- 08	27/02/2023 10:01:18	ara LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - Senhor Li poderia me encaminhar em anexo a Declaração Unificada conforme ane edital, no prazo máximo de 2 (duas) horas? ONDE ANEXAR?	
Pregoeiro	27/02/2023 10:10:15	Para LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - Senhor Lic a convocação do anexo no item I.	itante, fiz
Sistema	27/02/2023 10:10:34	Senhor fornecedor LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, solicito o envio do anexo referente ao	
Sistema	27/02/2023 10:24:06	Senhor Pregoeiro, o fornecedor LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, enviou o anexo para o íten	
Pregoeiro	27/02/2023 10:31:50	Sr Licitante, informo que, a análise da documentação e proposta ajust preços das proponentes provisoriamente declaradas vencedora do cert finalizada, e, verificou-se que as empresas enviaram toda a documen conforme solicita o edital.	ame foi
Pregoeiro	27/02/2023 10:32:34	Sendo assim, promoverei sua habilitação no sistema, momento no qual s o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de eventual intenção rec	
Sistema	27/02/2023 10:33:46	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recu os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no ju	rsos para Igamento
Pregoeiro	27/02/2023 10:34:34	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 27/02 11:04:00.	/2023 às
Pregoeiro	27/02/2023 10:35:47	Após o final do prazo para manifestação de intenção de recurso a sess encerrada, obrigada pela participação!	ão será

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	27/02/2023 08:03:17	
Abertura da sessão pública	27/02/2023 08:15:00	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	27/02/2023 08:25:00	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	27/02/2023 08:45:24	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	27/02/2023 10:33:46	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	27/02/2023 10:34:34	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 27/02/2023 às 11:04:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 11:13 horas do

dia 27 de fevereiro de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

000095

THAILA RODRIGUES OLIVEIRA Pregoeiro Oficial

ALTAIR DA SILVA PEREIRA Equipe de Apoio



Voltar

### Pregão/Concorrência Eletrônica



#### Termo de Adjudicação do Pregão

Nº 00011/2023 (SRP)

Às 11:17 horas do dia 27 de fevereiro de 2023, após analisado o resultado do Pregão nº 00011/2023, referente ao Processo nº 5962, o Pregoeiro, Sr(a) THAILA RODRIGUES OLIVEIRA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

\*\*OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

#### Resultado da Adjudicação

Item: 1

Descrição: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Descrição Complementar: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Tratamento Diferenciado: -Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 606

Valor Máximo Aceitável: R\$ 116,6600

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: UNIDADE Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 0,01

Adjudicado para: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 116,6600 e a quantidade de 606 UNIDADE .

<b>Eventos</b> do	Item	
Evento	Data	Observações
Adjudicado	27/02/2023 11:16:23	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, Melhor lance: R\$ 116,6600

Item: 2

Descrição: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Descrição Complementar: Instalação / manutenção - rede distribuição gás

Tratamento Diferenciado: -Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 315

Valor Máximo Aceitável: R\$ 432,9600

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 0,01

Adjudicado para: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 432,9600 e a quantidade de 315 UNIDADE.

Eventos do	Item	
Evento	Data	Observações
Adjudicado	27/02/2023 11:16:46	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, Melhor lance: R\$ 432,9600

Item: 3

Descrição: Botijão Para Gás

Descrição Complementar: Botijão Para Gás Uso: Doméstico , Capacidade: Cerca De 13 KG, Acessórios: Com

Válvula E Mecanismo De Segurança

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 17

Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Máximo Aceitável: R\$ 233,3300

Situação: Adjudicado

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 0,01

Adjudicado para: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, pelo melhor lance de R\$ 233,3300 e a quantidade de 17 Unidade .

<b>Eventos</b> do	Item	
Evento	Data	Observações
Adjudicado	27/02/2023 11:17:00	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, Melhor lance: R\$ 233,3300

Item: 4

Descrição: Botijão Para Gás

Descrição Complementar: Botijão Para Gás Uso: Doméstico , Capacidade: Cerca De 45 KG, Acessórios: Com

Válvula E Mecanismo De Segurança

Tratamento Diferenciado: -Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 5

Valor Máximo Aceitável: R\$ 816,6600

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 0,01

Adjudicado para: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA , pelo melhor lance de R\$ 816,6600 e a quantidade de 5 Unidade.

<b>Eventos</b> do	Item	
Evento	Data	Observações
Adjudicado	27/02/2023 11:17:09	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, CNPJ/CPF: 82.658.618/0001-08, Melhor lance: R\$ 816,6600

Fim do documento



#### LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA

CNPJ 82.658.618.0001/08 Insc. Estadual 42.209.615-97
Via do Trabalhador, 321 – Parque Industrial I.
CEP 87.306-620 - Campo Mourao/PR
Fone: (44) 3525-3131 – liquialves@hotmail.com

#### ANEXO II PROPOSTA

ata 15

LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.
CNPJ Nº: 82.658.618/0001-08 INSC. ESTADUAL: 42.209.615-97
VIA DO TRABALHADOR, Nº 321. PARQUE INDUSTRIAL I. CEP: 87.306-620
CAMPO MOURÃO/PARANÁ. TEL (44) 3525-3131 EMAIL: liquialves@hotmail.com

#### Referente ao Pregão Presencial nº 11/2023.11/2023.

- 1. Apresentam os e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa ao fornecimento do objeto do Pregão em epígrafe:
  - 1.1 O valor global para fornecimento do objeto acima é de R\$ 215.128,27 (duzentos e quinze mil e cento e vinte e oito reais e vinte e sete centavos).
  - 1.20 prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
  - 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.
- 2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, na qualidade de representante legal a Senhora Patrícia Alves da Silva, inscrita no CPF sob nº 011.432.839-02, RG nº 10.202.549-0, contato (44) 99851-4888, e-mail <u>liquialves@hotmail.com</u>, residente e domiciliada na Rua Andirá, 485, Campo Mourão, Estado do Paraná.
- 3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Fornecedora para representá-la durante a vigência do mesmo, será o Senhor Agnaldo Alves da Silva, inscrito no CPF sob nº 744.369.569-68, RG nº 4.490.112-9, contato (44)99819-6688, e-mail liquicampo@uol.com.br, residente e domiciliado na Rua Andirá, 372, Campo Mourão, Estado do Paraná.
- 4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo Banco do Brasil, agência 0406-5 e Conta Corrente 50195-6.
- 5. Relação de itens cotados:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	RECARGA DE GÁS P13	606	UN.	R\$ 116,66	R\$ 70.695,96
1	2	Gás P45 completo	315	UN.	R\$ 432,96	R\$ 136.382,40
1	3	Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	17	UN.	R\$ 233,33	R\$ 3.966,61
1	4	Casco de gás vazio de 45 kg (461515)	5	UN.	R\$ 816,66	R\$ 4.083,30

Ubirată/PR, 24 de Fevereiro de 2023.

Liqui Alves Comércio e Transporte de Gás Ltda.

CNPJ - 82.658.618/0001-08

Sócio Administrador - Agnaldo Alves da Silva.

CPF n° 744.368.569-68

RG nº 4.490.112-9 SSP/PR

82658618/0001-08

Liqui Alves Comércio e Transportes de Gás Ltda.

RUA VIA DO TRABALHADOR, 321 PQ. INDUSTRIAL - CEP 87306-620 CAMPO MOURÃO - PR

000099



#### LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA

CNPJ 82.658.618.0001/08 Insc. Estadual 42 209.615-97
Via do Trabalhador, 321 – Parque Industrial I.
CEP 87.306-620 - Campo Mourão/PR
Fone: (44) 3525-3131 – liquialves@hotmas.com

#### ANEXO III DECLARAÇÃO UNIFICADA

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023

LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.

CNPJ Nº: 82.658.618/0001-08 INSC. ESTADUAL: 42.209.615-97

VIA DO TRABALHADOR, Nº 321. PARQUE INDUSTRIAL I. CEP: 87,306-620

CAMPO MOURÃO/PARANÁ. TEL (44) 3525-3131 EMAIL: liquialves@hotmail.com

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;

B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubiratã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Ubirată/PR, 24 de Fevereiro de 2023.

Liqui Alves Comércio e Transporte de Gás Lida.

CNPJ - 82.658.618/0001-08

Sócio Administrador - Agnaldo Alves da Silva. CPF nº 744.368.569-68

RG nº 4.490.112-9 SSP/PR

T82658618/0001-08

Líqui Alves Comercio e Transportes de Gas Ltda.

PO. INDUSTRIAL - CEP 87306-620 CAMPO MOURÃO - PR



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO CERTIDÃO NEGATIVA

DE

#### LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

CPF/CNPJ: 82.658.618/0001-08

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:17:25 do dia 27/02/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <a href="https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5">https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5</a>

Código de controle da certidão: TXR4270223101725

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



### TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

## Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/02/2023 10:19:08

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

CNPJ: 82.658.618/0001-08

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU

Cadastro: Licitantes Inidôneos Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: CNJ

Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa

e Inelegibilidade

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO SECRETARIA DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E OUVIDORIA

Rua Brasil, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL, 420 - CEP 87301-140 Fone/Fax: (44)3518-1144 - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br - homepage: www.campomourao.pr.gov.br

CMC	NÚMERO DO ALVARÁ		
14892	202/2010		
EXERCÍCIO	DATA DE VALIDADE		
2022	18/10/2023		

## ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

		The second second	The second second	
NOME / RAZÃO SOCIAL 5976200 - LIQUI ALV	ES COMERCIO E TRANSPORTE	E DE GAS LTDA - ME	1 7 11	
NOME FANTASIA / SOBREN	OME		15	
LOGRADOURO VIA VIA DO TRABAL	HADOR	NÚMERO 321	COMPLEMENTO	
CEP 87 306-620	BAIRRO PO IND LAUGUSTO	TEZELLIEUHO	MUNICÍPIO  Campo Mourão	ESTADO PR

DATA INÍCIO ATIVIDADE CFP / CNPJ RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL 82.658.618/0001-08 4220961597 25/05/2010

ATIVIDADE(S) PRINCIPAL(IS)

005.007.024 COM. VAREJ. DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO

006.006.003 (CNAE 4930202) - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS,

INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

006.006.010 TRANSPORTE RODOVIARIO URBANO MUNICIPAL - CARGAS EM GERAL

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

RESTRIÇÃO COMPLEMENTAR

CONTADOR / CONTABILIDADE RESPONSÁVEL

FICAGNA CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

O PRESENTE ALVARÁ AUTORIZA A EXPLORAÇÃO DE NEGÓCIOS CONFORME ACIMA DESCRITO ENQUANTO SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS QUE LEGITIMARAM SUA CONCESSÃO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Restricões

CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS VÁLIDO ATÉ 18/10/2023.

CAMPO MOURÃO/PR, 22/11/2022

MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO

OBSERVAÇÕES / INFORMES

1) De conformidade com a legislação vigente deverão ser comunicados ao Setor de Tributação da prefeitura em prazo inferior a 30 dias quaisquer alterações cadastrais.
2) Em caso de encerramento das atividades inerentes a este alvará, deverá ser requerido em prazo inferior a 15 dias junto ao Setor de Tributação da prefeitura a BAIXA ste alvará, sob pena de enquadramento de débitos dos exercícios seguintes.

5 de Deze



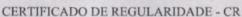
000103



#### Ministério do Meio Ambiente

#### Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaváveis

#### CADASTRO TÉCNICO FEDERAL





Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até: 25/04/2023	
6606261	23/02/2023	25/01/2023		
Dados básicos:	20,02,202			

Dados básicos:

CNPJ:

82.658.618/0001-08

Razão Social: Nome fantasia: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA

Data de abertura: 15/07/1991

Endereço:

logradouro: RUA VIA DO TRABALHADOR

N.º:

321

Complemento:

Bairro:

PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEZELLI FILMOnicipio:

CAMPO MOURAO

CEP:

97306 620

HF-

PR

#### Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
18-1	Transporte de cargas perigosas

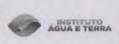
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

	A MAN AND A MAN AND AND AND AND AND AND AND AND AND A
Chave de autenticação	LXMD3F5GI9HD2E5D





Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST Instituto Água e Terra

20.113.028-0

290646

Vazão (m\*/hora) N\* Outorga Coordenadas UTM (E-N)

24/02/2033

CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente prolocolado sob o nº 20.113.028-0, concede CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL nas condições e restrições abaixo específicadas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA-EPP 82.658.618/0001-08 4220961597 Rua Via do Trabalhador, 321 Municipio / UF Campo Mourão/PR 87.306-620 Parque Industrial Augusto Tezelli Filho 2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO Pequeno Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados Atividade Especifica Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) Detalhes da Atividade Coordenadas UTM (E-N) 362462.4 - 7334293.0 Rua Via do Trabalhador, 321 87 306-620 Campo Mourão/PR Parque Industrial Augusto Tezelli Filho Ivai

3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

3.1 PRODUTO ARMAZENADO gas liquefeito de petroleo

3.500,00 Pátio

3 2 ÁGUA UTILIZADA Rede Pública

me (m<sup>4</sup>/hora) Nº Ourtorga Coordenadas UTM (E-N) 6,00 Humano

6.00

Origem Efluente
Efluente de esgoto sanitário 3.7 RESÍDUOS SÓLIDOS Código e Descrição 200199 - Outras frações não anteriormente especificadas

5,00 kg Aterro Municipal

#### 4. CONDICIONANTES

3.3 EFLUENTES LÍQUIDOS

- 1. A presente Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual DLAE foi emitida com o que estabelece o Artigo 3º, Inciso II, da Resolução CEMA 107/2020, de 09 de Setembro de 2020, Resolução SEMA 51/2009, de 23 de Outubro de 2009 e com base nas informações apresentadas pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
- 2. Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições legais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeita à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades, bem como à autuação e imposição de sanções administrativas cabíveis.
- 3. Os critérios adotados para emissão da presente DLAE poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.
- 4. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, e seus decretos regulamentadores
- 5. No caso de destinação final de residuos sólidos e líquidos, deverão ser atendidos os requisitos da Portaria IAP 212/2019 e/ou Resolução CEMA 076/2009 ou outras que venham a substitul-las, observando a necessidade de solicitação de Autorização Ambiental.
- 6. Não será permitido qualquer tipo de ocupação, construção e/ou obra em área de preservação permanente.
- 7. Fica proibida a quelma a céu aberto de qualquer tipo de material, exceto nos casos definidos no artigo 15 da Resolução SEMA nº016/14.
- 8. Caso necessite de movimentação de solo e o volume ultrapassar a 100,00 m³, deverá solicitar autorização junto a este Instituto.
- 9. Em ocorrendo a necessidade da remoção de qualquer tipo de cobertura vegetal na área da empresa, esta deverá ser precedida de Autorização específica a ser obtida junto a este Instituto, conforme estabelecido na legislação vigente.
- 10. A presente Dispensa de Licença Ambiental Estadual DLAE, não autoriza a utilização de recursos hídricos, bem como o lançamento de efluentes líquidos em corpos
- 11. Para utilização de recursos hidricos, bem como o lançamento de efluentes líquidos em corpos hidricos deverá possuir a Outorga ou a Dispensa de Outorga junto este Instituto

Assinatura do Represen

Curitiba, 24 de Fevereiro de 2023

Curitiba, 24 de Fevereiro de 2023
Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições logais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeita à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades bem como à autuação e imposição. de sanções administrativas cabiveis. O Instituto Água e Terra poderá, a qualquer momento, invalidá-la caso verifique discordância entre as informações e as características reais do empreendimento. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Este CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL deverá ser afixada em local visível

Digitally signed by INSTITUTO AGUA E TERRA:68596162000178 Date: 2023.02.24 15:23:05 BRT ⑩

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA



## Certificado - Verificação da Autenticidade.

Razão Social : LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS

LTDA.

CNPJ : 82.658.618/0001-08

Número de : GLP/PR0187971

Autorização

Número Despacho : ANP Nº 1250

Data da Publicação : 29/07/2010

Endereço : RUA VIA DO TRABALHADOR - 321 -

CAMPO MOURAO - PR

Emitido às 15:49:52 horas do dia 25/02/2023 (data e horário de brasília).

Código de controle do certificado: F3A8C6737318186B

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Certificado - Resultado da Verificação. www.anp.gov.br

Página 1 de 1



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 82.658.618/0001-08 Certidão nº: 8305695/2023

Expedição: 25/02/2023, às 11:20:13

Validade: 24/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 82.658.618/0001-08, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





## Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

## Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 029546755-37

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

Nome: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/06/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr,gov.br



# ESTADO DE PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO ARRECADAÇÃO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

Protocolo:	N. Certidão:	5702/2023
Protocolo:	N. Certidao:	3/92/2023

Contribuinte: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - ME

CPF: 82.658.618/0001-08 RG: 4220961597

Endereço: VIA VIA DO TRABALHADOR, nº 321 Bairro: PQ IND I AUGUSTO TEZELLI FILHO

Complemento: Ponto de Referência:

Requerente:

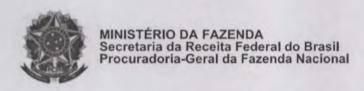
Cód. Contrib.: 5976200 Validade: 20/03/2023

[ FINALIDADE ] PARA FINS DIVERSOS		
[ OBSERVAÇÕES]		

Declaramos que para a finalidade desta Certidão, não consta débitos vencidos no Cadastro deste Município,

CAMPO MOURÃO/PR, 16 de fevereiro de 2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via internet https://campomourao.atende.net



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

CNPJ: 82.658.618/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 16:18:43 do dia 23/09/2022 <hora e data de Brasília>. Válida até 22/03/2023.

Código de controle da certidão: 1BD3.215A.FC0A.B579 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

82.658.618/0001-08

Razão Social:

LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

Endereço:

R VIA DO TRABALHADOR 321 QUADRA 10 LOTE A06 / PARQUE

INDUSTRIAL A / CAMPO MOURAO / PR / 87306-620

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:21/02/2023 a 22/03/2023

Certificação Número: 2023022102222662941803

Informação obtida em 25/02/2023 11:27:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br







DATA DE EXPEDIÇÃO:04/06/2012 DATA DE NASCRAENTO: 06/04/1971 VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL RICH ASSENT LE Nº 7.116 DE 28/08/ES ) 11/50 11 O NOME: SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA DOC, ORIGEM: COMARCA-FOZ DO IGUAÇUPR, DA SEDE C.CAS=18674, LIVRO=548, FOLHA=199V NATURALIDADE: S.LOURENÇO DESTE/SC FILIAÇÃO: PEDRINHO PAULINO LAZZARIN REGISTRO GERAL 4.973,057-8 TALVINA MARIA LAZZARINI CPF: 931.076.419-87 CURITBAPR







SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
E ADMINISTRAÇÃO DA SEGURANÇA PUBLICA
E ADMINISTRAÇÃO DO PARANA
RG: 4.490.112-9

RG: 4.490.112-9

ASSIMALISA ROTTULAS

O CARTEIRA DE IDENTIDADE DE O O

## Sétima Alteração Contratual

Sociedade Limitada

### LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08 NIRE: 41202587596

AGNALDO ALVES DA SILVA, brasileiro, empresário, casado sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de Colorado-PR, nascido em 12/03/1971, portador da Cédula de Identidade Civil RG 4.490.112-9/SSP-PR e inscrito no CPF/MF 744.368.569-68, residente e domiciliado na Rua Andirá, 372, Jardim Flora, na cidade de Campo Mourão - PR, CEP 87308-785, SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA, brasileira, empresária, casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de São Lourenço do Oeste-SC, nascida em 06/04/1971, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 4.973.057-8/SSP-PR e inscrita no CPF/MF 931.076.419-87, residente e domiciliada na Rua Andirá, 372, Jardim Flora, na cidade de Campo Mourão - PR. CEP 87308-785; e IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA, brasileira, empresária, casada pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de Alto Paraná-PR, nascida em 17/06/1965, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 3.628.075-1/SSP-PR e inscrita no CPF/MF 530.809.559-00, residente e domiciliada na cidade de Toledo-PR, à Rua Santa Catarina, 559, Jardim Porto Alegre, CEP 85906-130, únicos sócios da sociedade empresarial limitada que gira sob o nome empresarial de LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA, com sede e foro à Rua Via do Trabalhador, nº 321, Parque Industrial Augusto Tezelli Filho, CEP 87.306-620, na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41202587596 em 15/07/1991 e ultima alteração sob o nº. 20200706004 em 05/02/2020 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.658.618/0001-08, resolvem alterar e consolidar seu contrato social e posterior alteração de acordo com a lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 e subsidiariamente pela Lei 6.404/76 de 15 de Dezembro de 1976 de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sócia remanescente IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA possuidora de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 25.000 (vinte e cinco mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, RETIRA-SE da sociedade vendendo e transferindo a totalidade de suas quotas, totalmente integralizadas para o sócio remanescente AGNALDO ALVES DA SILVA.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sócia retirante IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA, da aos sócios remanescentes AGNALDO ALVES DA SILVA e SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA plena, rasa e geral quitação da sessão de quotas ora efetuada, declarando estes conhecerem a situação econômica e financeira da sociedade, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações do presente instrumento, assumindo o Ativo e o Passivo da sociedade.

#### Sétima Alteração Contratual

Sociedade Limitada

#### LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

CLÁUSULA TERCEIRA: Em virtude das modificações anteriores, o capital social fica assim distribuído entre os sócios:

NOME	%	QUOTAS	CAPITAL R\$
AGNALDO ALVES DA SILVA	90	45.000	45.000,00
SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA	10	5.000	5.000,00
TOTAL	100	50.000	50.000,00

CLÁUSULA QUARTA: Fica a empresa DESENQUADRADA da condição de EMPRESA DE MICROEMPRESA por não encontrar-se mais nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais clausulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: Em razão das modificações ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação.

#### LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA

CNPJ: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

#### CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

AGNALDO ALVES DA SILVA, brasileiro, empresário, casado sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de Colorado-PR, nascido em 12/03/1971, portador da Cédula de Identidade Civil RG 4.490.112-9/SSP-PR e inscrito no CPF/MF 744.368.569-68, residente e domiciliado na Rua Andirá, 372, Jardim Flora, na cidade de Campo Mourão - PR, CEP 87.308-785 e SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA, brasileira, empresária, casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, natural de São Lourenço do Oeste-SC, nascida em 06/04/1971, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 4.973.057-8/SSP-PR e inscrita no CPF/MF 931.076.419-87, residente e domiciliada na Rua Andirá, 372, Jardim Flora, na cidade de Campo Mourão - PR, CEP 87.308-785; únicos sócios da sociedade empresarial limitada que gira sob o nome empresarial de LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA, com sede e foro à Rua Via do Trabalhador, nº 321, Parque Industrial Augusto Tezelli Filho, CEP 87.306-620, na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41202587596 em 15/07/1991 e ultima alteração sob o nº. 20166479950 em 27/10/2016 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.658.618/0001-08, resolvem consolidar seu contrato social e posteriores alterações de acordo com a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e subsidiariamente pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial: LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.

- 000117 Página 3 de 6

#### Sétima Alteração Contratual

Sociedade Limitada

#### LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem a sua sede e foro a Rua Via do Trabalhador, 321, Parque Industrial Augusto Tezelli Filho, CEP: 87306-620, na Cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem como objeto social: Transporte rodoviário de carga geral e cargas perigosas, gás liquefeito de petróleo-GLP em botijões, municipal, intermunicipal e interestadual e Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo GLP.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 15 de Julho de 1991 e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLÁUSULA QUINTA:** O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

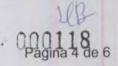
NOME	%	QUOTAS	CAPITAL R\$
AGNALDO ALVES DA SILVA	90	45.000	45.000,00
SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA	10	5.000	5.000,00
TOTAL	100	50.000	50.000,00

CLÁUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, o qual deverá ser exercido no prazo de 60 (sessenta) dias, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único: O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, que deverão fazer dentro de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade cabe ao sócio AGNALDO ALVES DA SILVA, com poderes e atribuições de administrador, dos negócios da sociedade, podendo representá-la, ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa



#### Sétima Alteração Contratual

Sociedade Limitada

#### LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08 NIRE: 41202587596

dos interesses e direitos da sociedade, vedado, no entanto, seu uso em atividades estranhas ao interesse social, especialmente no tocante a prestações de avais, endossos, fianças, cauções de favor, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis e imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: O administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, podendo ser reinvestidos na sociedade se assim decidirem os sócios.

Parágrafo Único: A sociedade poderá distribuir lucros em reservas, ou a proceder balanços intermediários, inclusive mensais, a critério dos sócios que representem a maioria do capital para distribuição de lucros antecipados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso, bem como tratar de qualquer outro assunto pertinente, constante da ordem do dia.

Parágrafo Único: Os sócios resolvem em comum acordo, dispensar a elaboração de atas de reunião e/ou assembléias gerais, para deliberação sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios, que prestarem serviços à sociedade, poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Os herdeiros poderão fazer-se representar na sociedade, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

000119 Página 5 de 6

#### Sétima Alteração Contratual

Sociedade Limitada

#### LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA

CNPJ/MF: 82.658.618/0001-08

NIRE: 41202587596

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o foro de Campo Mourão, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

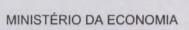
E, por assim terem justo e contratado, datam e assinam o presente instrumento, em 01 (uma) via e se obrigam fielmente, por si e por seus herdeiros, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Toledo-PR, 06 de Fevereiro de 2020.

**AGNALDO ALVES DA SILVA** 

SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA

IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA



- 000120 Página 6 de 6



Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

## **ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA consta assinado digitalmente por:

	IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)
CPF	Nome
53080955900	IRANI CAVALCANTE ALVES DA SILVA
74436856968	AGNALDO ALVES DA SILVA
93107641987	SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/02/2020 17:25 SOB N° 20200834568. PROTOCCIO: 200834568 DE 10/02/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12000642495. NIRE: 41202587596. LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETÁRIO-GERAL CURITIBA, 10/02/2020 www.empresafacil.pr.gov.br



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

#### Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ:

82.658.618/0001-08

DUNS®: 906901228

Razão Social:

LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

Nome Fantasia:

LIOUI GAS

Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 07/03/2023

Dados do Nível

Situação do Nível:

Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa:

Demais

Natureza Jurídica:

SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

MEI: Não

Capital Social:

R\$ 50,000,00

Data de Abertura da Empresa:

15/07/1991

CNAE Primário:

4784-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO

(GLP)

CNAE Secundário 1:

4930-2/03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Dados para Contato

CEP:

87.306-620

Endereço:

RUA VIA DO TRABALHADOR, 321 - PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO

Telefone:

Município / UF:

Campo Mourão / Paraná

Telefone:

(44) 35243131

(44) 35253131

E-mail:

LIQUICAMPO@UOL.COM.BR

Dados do Responsável Legal

CPF:

744.368.569-68

Nome:

AGNALDO ALVES DA SILVA

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:

744.368.569-68

Nome:

AGNALDO ALVES DA SILVA

E-mail:

liquicampo@uol.com.br

Emitido em: 27/02/2023 09:04

CPF: 104.544.969-58

Nome: THAILA RODRIGUES OLIVEIRA

## · 000122

#### Relatório de Credenciamento

#### Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 744.368.569-68 Participação Societária: 90,00%

Nome: AGNALDO ALVES DA SILVA

Número do Documento: 44901129 Órgão Expedidor: SSP-PR

Data de Expedição: 13/11/1985 Data de Nascimento: 12/03/1971

Filiação Materna: IZOLINA MARIN DA SILVA

Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 931.076.419-87

Nome: SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA

Carteira de Identidade: 49730578 Órgão Expedidor: SSPR

Data de Expedição: 04/06/2012

CEP: 87.308-785

Endereço: RUA ANDIRA, 372 - CASA - JARDIM FLORA

Município / UF: Campo Mourão / Paraná

Telefone: (44) 35253131

E-mail: liquicampo@uol.com.br

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 931.076.419-87 Participação Societária: 10,00%

Nome: SOLANGE ESTER LAZZARINI SILVA

Número do Documento: 49730578 Órgão Expedidor: SSP-PR

Data de Expedição: 04/06/2012 Data de Nascimento: 06/04/1971

Filiação Materna: ITALVINA MARIA LAZZARINI

Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 744.368.569-68

Nome: AGNALDO ALVES DA SILVA

Carteira de Identidade: 44901129 Órgão Expedidor: SSP-PR

Data de Expedição: 31/08/2017

CEP: 87.308-785

Endereço: RUA ANDIRA, 372 - CASA - JARDIM FLORA

Município / UF: Campo Mourão / Paraná

Telefone: (44) 35253131

E-mail: liquicampo@uol.com.br

#### Linhas Fornecimento

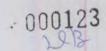
Materiais

6830 - GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS

8120 - CILINDROS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS PARA GASES

Emitido em: 27/02/2023 09:04

CPF: 104.544.969-58 Nome: THAILA RODRIGUES OLIVEIRA





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPI:

82.658.618/0001-08

Razão Social:

LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

Atividade Econômica Principal:

4784-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

Endereço:

RUA VIA DO TRABALHADOR, 321 - PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEZELLI FILHO - Campo Mourão / Paraná





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ:

82.658.618/0001-08

DUNS®:

906901228

Razão Social:

LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

Nome Fantasia:

LIQUI GAS

Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 07/03/2023

Dados do Nível

Situação do Nível:

Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão

Data de Validade:

13/06/2023

Código de Controle:

17097F0904B3699D

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão

Data de Validade:

03/03/2023

Código de Controle:

2023020202203668062218

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Código de Controle:

515322023

Data de Validade:

01/07/2023

Emitido em: 27/02/2023 09:16

Nome: THAILA RODRIGUES OLIVEIRA CPF: 104.544.969-58



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPI:

82.658.618/0001-08

DUNS®:

906901228

Razão Social: Nome Fantasia: LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA

Situação do Fornecedor: Credenciado

LIQUI GAS

Data de Vencimento do Cadastro: 07/03/2023

Natureza Jurídica:

SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

MEI:

Não

Porte da Empresa:

Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:

Nada Consta

Impedimento de Licitar:

Nada Consta

Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Vínculo com "Serviço Público":

Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

- I Credenciamento
- II Habilitação Juridica
- III Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN

Validade:

13/06/2023

**FGTS** 

Validade:

03/03/2023

Trabalhista

(http://www.tst.jus.br/certidao)

Validade:

01/07/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital

Validade:

06/10/2022 (\*)

Receita Municipal

Validade:

28/07/2022 (\*)

- V Qualificação Técnica
- VI Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade:

31/12/2022 (\*)

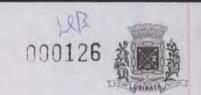
Emitido em: 27/02/2023 09:03

CPF: 104.544.969-58

Nome: THAILA RODRIGUES OLIVEIRA

Ass:

1 de 1



## PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO



#### PARECER JURIDICO CONCLUSIVO

Submete-se a análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico registrado sob o nº 11/2023, processo nº 5962/2023 cujo objeto do presente instrumento é aquisição de recargas e botijão em atendimento as secretaria do município de Ubiratã.

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado a este assessor jurídico para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame (Art. 20 da Lei nº 10.024/19) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 25 da Lei nº 10.024/19).

O edital do pregão eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e analise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.024/19, bem como, amparada pela Lei 8.666/93, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubiratã, para garantir a publicidade dos atos.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento o assessor jurídico emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação dos licitantes vencedores.

Esse é o nosso parecer.

Ubiratã, 01 de março de 2023.

Carlos Daniel Sobierai Machado Assessor Jurídico

OAB-Pr 65323



## **HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS**



#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubiratã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5962/2023.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 11/2023.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇAO DE RECARGAS E BOTIJÕES EM ATEDIMENTO AS SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.

4.1 FORNECEDOR (A) LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.658.618/0001-08, estabelecida à Rua Via do Trabalhador, no nº 321, no Bairro Parque Industrial, CEP nº 87306-620, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.

4.2 VALOR: R\$-215.128,27 (DUZENTOS E QUINZE MIL E CENTO E VINTE E OITO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 27/02/2023.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 01 de março de 2023.

**FABIO DE** 

**OLIVEIRA** 

**OLIVEIRA** DALECIO:60076020959 DALECIO:6007

6020959

Dados: 2023.03.06 16:34:27 -03'00'

Assinado de forma digital por FABIO DE

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO Prefeito de Ubiratã



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 15/2023 PROCESSO LICITATÓRIO № 5962/2023 PREGÃO ELETRÔNICO № 11/2023

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.658.618/0001-08, estabelecida à Rua Via do Trabalhador , no nº 321, no Bairro Parque Industrial, CEP nº 87306-620, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, Telefone n° (44) 3525-3131, e-mail (liquialves@hotmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5962/2023, Pregão Eletrônico nº 11/2023 e de acordo com as cláusulas a seguir:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é AQUISIÇAO DE RECARGAS E BOTIJÕES EM ATEDIMENTO AS SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	RECARGA DE GÁS P13	606	UN.	116,66	70.695,96
1	2	Gás P45 completo	315	UN.	432,96	136.382,40
1	3	Casco de gás vazio de 13 kg (461517)	17	UN.	233,33	3.966,61
1	4	Casco de gás vazio de 45 kg (461515)	5	UN.	816,66	4.083,30

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

- 3.1. O valor global registrado é de R\$-215.128,27 (DUZENTOS E QUINZE MIL E CENTO E VINTE E OITO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).
- 3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4. CLÁUSULA QUARTA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS



4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.
- 6.1.1. O prazo para envio da Ordem de Compras será de acordo com a necessidade do município a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual será encaminhada via e-mail à empresa.
- 6.1.2. O prazo de entrega dos produtos será:
- Lote 01: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 01 (uma) hora para efetuar a entrega no local requisitado, durante horário de expediente, a contar do recebimento da autorização.
- 6.1.2.1 A necessidade do prazo de uma hora para a entrega da recarga de gás se dá, poiso município não dispõe de estoque de cilindros nas suas unidades, nas Escolas e Creches é ofertada merenda, na Casa Lar o alimento é preparado diariamente, no Restaurante Popular é feito refeição para as famílias de baixa renda, sendo assim é necessário à entrega pontual, dentro do prazo estabelecido, afim de não haver falta de alimento para atender tais unidades.
- Lote 02: Após o recebimento de cada pedido a licitante terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para efetuar a entrega no local requisitado, ' durante horário de expediente, a contar do recebimento da ordem de compras, encaminhada pela Divisão de Compras do Município.
- 6.1.3. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas no presente Termo de Referência.
- 6.1.4. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.
- 6.2.1. Os objetos deverão ser entregues nos locais e horários determinados na ordem de compras dentro do perímetro urbano do município e também no Distrito de Yolanda (aproximadamente 16 km



da área urbana) e Comunidade São João (aproximadamente 13 km da área urbana). Podendo cada pedido ser efetuado qualquer dia da semana inclusive em sábados, domingos e feriados.

- 6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da empresa, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.
- 6.3.1. A empresa se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à empresa a retirada/substituição do objeto recusado.
- 6.4. A empresa deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.
- 7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.
- 7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Compras.
- 7.3. A empresa é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.
- 7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da empresa, independente da forma de entrega.
- 7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:
  - 8.1.1. Receber a prestação do objeto desta ata nas condições previstas;



- 8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;
- 8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:
  - 8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
  - 8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;
  - 8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
  - 8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;
  - 8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;
  - 8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o obieto.
- 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:
  - 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
  - 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
  - 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
  - 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n°8.078 de 1990);
  - 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;



- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365 EM = I x N x VP, onde: I = Índice de atualização financeira;

bela, amada e gentil



TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
- 11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.
  - 11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.
- 11.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.
  - 11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
  - 11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
  - 11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.
  - 11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços aos (as) servidores (as):

12.1. Cabeta a gestad da Ata de Registro de Trego		0 00	
	GABINETE	Geraldo José dos Santos	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Claudinei Edson Dalla Corte	

bela, amada e gentil



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Elcia Godinho de Morais da Silva
SECRETARIA DE SAÚDE	Lilian Welz Trindade
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Ronaldo Felipe Maciel
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Claudineia de Souza Lazaretti
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Luiz AntonioMarafon
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Thiago Munhoz D' alécio
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Rafael de Melo Bartz
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Marcos da Silva Retamero

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços aos (as) servidores (as), e na sua ausência, ficará a cargo dos (as) servidores (as) :

A) Fiscais de Contrato:

GABINETE	Daiany Matias dos Santos
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Lucimara Andrade Machado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Maria Isabel de Paiva
SECRETARIA DE SAÚDE	Viviane Aparecida de Souza
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Adriana CandidaSluzovski
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean Bonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Odílio Camargo Alves
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Arnaldo Tomaz de Lima
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Edcarlos Favaro Pereira
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

B) Fiscais Substitutos:

D) FISCAIS SUBSTITUTOS.	
GABINETE	Selmo Simplício da Silva
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Marcelo de Oliveira Rinaldi
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Edicleia Aparecida Duarte Felizari
SECRETARIA DE SAÚDE	Gessica K. dos S. Rocatelli
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	Karla Tatiane M. de O. dos Santos
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Jean CarlosBonissoni
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS	Oswaldo Luiz Ribeiro
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Elza de Oliveira Souza Lemes
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Dejivan Mendes
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Robson Alexandre da Silva

bela, amada e gentil



- 10.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 10.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.
- 10.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 20/2022.
- 12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- 12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.
- 12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 20/2023.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
  - 13.1.1. Advertência;
  - 13.1.2. Multa;
  - 13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;
  - 13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 13.2. As multas poderão ser:



- 13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:
  - 13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.
    - A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.
  - 13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.
- 13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:
  - 13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;
  - 13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.
- 13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:
  - 13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;
  - 13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e
  - 13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.
- 13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:
  - 13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;
  - 13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;
  - 13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.
- 13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:



- 13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.
- 13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.
- 13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.
  - 13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.
- 13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:
  - 14.1.1. For liberado;
  - 14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - 14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
  - 14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.



- 14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - 14.2.1. Por razão de interesse público; ou
  - 14.2.2. A pedido do fornecedor.
- 14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.
- 14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados à Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ANTICORRUPÇÃO

- 16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos nesta Ata de Registro de Preços e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:
  - 16.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
  - 16.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.
- 16.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para o cancelamento desta Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

bela, amada e gentil



#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

#### 19. CLÁSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubiratã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubiratã - Paraná, 01 de março de 2023.

FABIO DE

OLIVETRA

DALECIO:600

76020959

Assinado de forma digital por FABIO DE OLIVEIRA

DALECIO:60076020959 D dos;2023.03.06 16.35:10.03'00'

MUNICÍPIO DE UBIRATA Prefeito de Ubirata

Documento assinado digitalmer

AGNALDO ALVES DA SILVA

Data: 06/03/2023 16:51:15-0300

LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA FORNECEDORA



## JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2023

EDICÃO ESPECIAL 1.721- ANO: XVIII

Página 4 de 5

www.ubirata.pr.gov.br

#### EXTRATO DO CONTRATO № 25/2023

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.982.200/0001-00.

PROCESSO LICITATÓRIO №: 5884/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO INTEGRADO/INFORMATIZADO DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, COMPREENDENDO A HOSPEDAGEM EM NUVEM, A MIGRAÇÃO DE DADOS EM USO, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, TREINAMENTO INICIAL, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR: R\$-177.657,00 (CENTO E SETENTA E SETE MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 16/02/2023.

#### EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO № 14/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: 5131/2021

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços e venda de produtos de competência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para atendimento das necessidades do município.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10.

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrita no CNPJ nº 34.028.316/0020-76

FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogar a vigência contratual pelo período de 12 meses.

NOVA VIGÊNCIA: 11/03/2024

TA DA ASSINATURA: 27/02/2023

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubirată, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

- 1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5962/2023.
- 2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 11/2023.
- 3. OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇAO DE RECARGAS E BOTIJÕES EM ATEDIMENTO AS SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.
- 4.1 FORNECEDOR (A) LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.658.618/0001-08, estabelecida à Rua Via do Trabalhador , no nº 321, no Bairro Parque Industrial, CEP nº 87306-620, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.
- 4.2 VALOR: R\$-215.128,27 (DUZENTOS E QUINZE MIL E CENTO E VINTE E OITO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).
- 5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 27/02/2023.
- 6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 01 de março de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

#### EXTRATO DA ATA № 15/2023

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): LIQUI ALVES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.658.618/0001-08.

PROCESSO LICITATÓRIO №: 5962/2023.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS E BOTIJÕES EM ATEDIMENTO AS SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.

OR: R\$-215.128,27 (DUZENTOS E QUINZE MIL E CENTO E VINTE E OITO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).

A DA ASSINATURA: 01/03/2023.

### RESOLUÇÃO

#### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA

Resolução nº 004/2023 de 01 de março de 2023 - Dispõe sobre a Comissão Eleitoral responsável pela Eleição do Conselho Tutelar. R E S O L V E :

Art. 1º Fica constituída uma Comissão Eleitoral com a incumbência de desenvolver os trabalhos visando a eleição dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições consubstanciadas na legislação em vigor.

§ 1º – A Comissão Eleitoral que desenvolverá os trabalhos para a eleição do Conselho Tutelar será composta pelos seguintes membros: Ana Carolina Rinaldi, Jocieli Aparecida de Oliveira Pardinho, Larissa Speiss Peterlini, Luana Cristina dos Santos Padua, Maycon Hoshi e Solange Cristina Trevisan Peguin.

§ 2º – A Comissão Eleitoral será presidida por Jocieli Aparecida de Oliveira Pardinho (presidente do CMDCA) e na ausência deste, pelo Vice-Presidente Larissa Speiss Peterlini e como Secretario eleito Luana Cristina dos Santos.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão não serão objeto de remuneração de qualquer espécie, sendo considerados relevantes serviços públicos.

Art. 3º A Comissão Eleitoral se extingue automaticamente após a conclusão dos trabalhos objeto desta Resolução.

Ubirată, 01 de março de 2023.

Jocieli Aparecida de Oliveira Pardinho

Presidente do CMDCA

